

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS NA ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO DE LINGUÍSTICA APLICADA

**O SENTIDO CONSTRUÍDO PELAS RELAÇÕES DENTRO DO
DISCURSO**

MARIANA MARTINEZ RYPL

PORTO ALEGRE
2010

MARIANA MARTINEZ RYPL

**O SENTIDO CONSTRUÍDO PELAS RELAÇÕES DENTRO DO
DISCURSO**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dr. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre
2010

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que de uma maneira ou de outra estiveram presentes comigo nesta fascinante caminhada;

Agradeço a Deus por ter me dado esta oportunidade ímpar de crescimento pessoal e profissional;

Ao meu marido e companheiro André que sempre está ao meu lado em todos os momentos;

Aos meus pais por terem sempre incentivado e valorizado meus estudos e por serem as pessoas maravilhosas que são;

A professora Leci pelo seu carinho, dedicação, e, principalmente por ter me mostrado uma nova maneira de olhar a linguagem;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras, por ter por me capacitado a ser uma professora melhor;

A CAPES, pela bolsa de estudos;

Aos meus colegas e amigos do Mestrado e do Doutorado pelo seu apoio, ajuda e companheirismo contínuos.

Falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade.

(Ducrot, 1990, p.14)

RESUMO

O presente trabalho trata do sentido que resulta das relações dentro do discurso a partir da perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) desenvolvida por Oswald Ducrot e colaboradores. Esse estudo foi motivado pelo interesse em reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposta por Hasan (1989), pois constatamos que a autora parece apreender os sentidos isolados e independentes uns dos outros no eixo paradigmático, apesar de estudar a linguagem em uso. Fundamentados na ANL, preconizamos que o sentido está na língua, e que, portanto, se constrói a partir do discurso. Desta maneira, pretendemos mostrar, por meio da terceira e atual fase da ANL, a Teoria dos Blocos Semânticos, a impossibilidade de se estudar as relações semânticas no discurso sem levar em consideração o sentido produzido pelo uso da linguagem, ou melhor, pela noção de relação entre as palavras, enunciados e pela enunciação.

Palavras-chave: Sentido, Teoria da Argumentação na Língua, Teoria dos Blocos Semânticos, noção de relação, enunciação e argumentação.

ABSTRACT

This study discusses meaning that is rendered from interdiscourse relationships that are analyzed from the standpoint of the Theory of Argumentation Within Language (AWL) as advanced by Oswald Ducrot et alii. It was motivated by an interest in reexamining the classification of cohesive mechanisms set forth by Hasan (1989), as it was observed that she seems to investigate meanings in isolation, independently from one another in the paradigmatic axis, even though she studies language in actual use. From an AWL perspective, it is possible to state that meaning is found within language and is therefore linked with discourse. This way, it is intended to show by means of the third and most current stage of AWL, the Theory of Semantic Blocks, that it is impossible to study semantic relationships in discourse if the meaning that results from the use of language by the relationship between words, statements and enunciation is not taken into account.

Keywords: Meaning, Theory of Argumentation Within Language, Theory of Semantic blocks, notion of relationship, enunciation and argumentation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM.....	13
1.1 A questão da referência	13
1.2 A referenciação.....	29
2 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA.....	40
2.1 A ANL, o Estruturalismo e a Enunciação.....	40
2.2 A ANL e a sua concepção de linguagem.....	51
2.3 A ANL e os seus conceitos fundamentais.....	56
2.4 A Teoria dos Blocos Semânticos	61
3 METODOLOGIA E ANÁLISE.....	72
3.1 Metodologia.....	72
3.2 <i>Corpus</i>	74
3.3 Análises	75
3.4 Discussão de resultados.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103
ANEXO A	107
ANEXO B	108

ANEXO C.....	109
ANEXO D.....	110
ANEXO E.....	111

INTRODUÇÃO

Neste estudo, visamos compreender como as relações e a enunciação¹ dentro do discurso² constroem sentido à luz da Semântica Argumentativa, mais especificamente da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), em sua atual fase, a Teoria dos Blocos Semânticos desenvolvida por Oswald Ducrot com a colaboração de Marion Carel.

O interesse pelo tema iniciou ainda no Curso de Mestrado, com a dissertação intitulada 'A construção do sentido pela substituição lexical no discurso'. Essa dissertação, inscrita na concepção não referencial de linguagem e realidade, mostrou como cada discurso constrói seu sentido próprio por meio da substituição lexical ao longo da cadeia coesiva, conforme modelo proposto por Hasan (1989). No término desse trabalho, no entanto, sentimos necessidade de aprofundar a pesquisa sobre como o sentido é construído no discurso, pois constatamos que a classificação dos mecanismos coesivos da teoria de Hasan (1989) se baseia no estudo dos sentidos isolados e independentes uns dos outros dentro do discurso. Observamos que apesar da linguista utilizar o texto³, ou seja, uso da língua, nas suas análises, ela o estuda como uma estrutura pronta e acabada, na qual apreende somente um sentido. Parece-nos, então, que Hasan desconsidera o sentido que resulta das relações entre palavras e enunciados⁴ e também a presença do locutor e do alocutário no discurso. Entendemos que esse modo de estudar o discurso condiz com a concepção de linguagem que parece estar subjacente à teoria da autora, pois ao estar fundamentada na perspectiva da referência, concebe a linguagem como representação do mundo e do pensamento e vê o sentido

¹ A enunciação para a ANL é um acontecimento único, constituído pelo emprego de uma entidade linguística (palavra ou frase) em um tempo e em um lugar determinados.

² Neste estudo discurso é uma sequência de enunciados ligados entre si, ele é uma realização do texto, segundo Ducrot (1984).

³ Hasan usa o termo texto nas suas definições e não discurso diferentemente de Ducrot, que faz uma distinção entre esses dois termos.

⁴ Entendemos enunciado como a ocorrência particular da frase, objeto concreto, ou seja, aquilo que foi realmente pronunciado ou escrito de acordo com a ANL.

fora do discurso, portanto, não construído a partir do linguístico. Por essas razões, acreditamos ser bastante relevante e necessário estudar o sentido que as relações paradigmáticas⁵ e sintagmáticas⁶ entre palavras e enunciados trazem para dentro do discurso pela ótica da ANL. Para tal, neste estudo tomaremos como base as cadeias coesivas para mostrarmos como o sentido se constrói pelas relações construídas pelo locutor para seus alocutários.

Dessa forma, a escolha do tema da tese fundamenta-se no seguinte objetivo: reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposta por Hasan (1989), pela articulação entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados à luz da Teoria da Argumentação na Língua. A partir dessa orientação temos como base as seguintes hipóteses:

1- O sentido é construído principalmente pela combinação entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados e pela enunciação;

2- O sentido se constrói, em grande parte, a partir do linguístico, da linguagem em uso.

Iniciaremos nossa pesquisa pela abordagem acerca de algumas concepções de linguagem que estudam o sentido por diferentes perspectivas.

Nossas leituras mostraram que várias teorias linguísticas já se dedicaram ao estudo do sentido, entre elas, a teoria da referência, da lógica, da referenciação, a pragmática; no entanto, elas associam o sentido de um discurso principalmente a elementos extralinguísticos, em detrimento do que é legitimamente linguístico.

É precisamente no que tange à construção do sentido, que a ANL se diferencia das demais teorias semânticas, pois entende que o sentido está inscrito na língua, isto é, no linguístico, e é construído ao longo do

⁵ Conceito extraído de Saussure (1969) que as define como o eixo das associações de palavras, ou da classe de escolhas possíveis.

⁶ Relações baseadas no caráter linear da língua, o que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após o outro na cadeia da fala conforme Saussure (1969).

discurso pelas relações entre palavras e discursos. Pela proposta da ANL, as palavras não possuem sentido completo quando isoladas, mas somente em relação com as outras, ou seja, é pelas relações construídas no discurso, que elas adquirem sentido.

A ANL opõe-se às concepções tradicionais de sentido. Para Ducrot (1990), a linguagem não tem acesso direto à realidade, nem ao pensamento. No entanto, se a linguagem descreve a realidade, ela o faz por intermédio das funções subjetiva e intersubjetiva. O linguista afirma *que o modo como a linguagem ordinária descreve a realidade consiste em fazer dela o tema de um debate entre indivíduos* (1990, p.50). Ao entender que as palavras não têm como função primeira falar da realidade ou não têm valor fundamentalmente informativo ou ainda são meios de comunicar informações, Ducrot rejeita a função objetiva da linguagem.

O linguista afirma também que o sentido produzido pelo locutor é essencialmente argumentativo. Ao expor seu ponto de vista sobre determinado assunto a um interlocutor, o locutor está argumentando, isto é, está mostrando sua subjetividade. E essa relação do locutor com o seu interlocutor mostra a filiação da teoria aos pressupostos enunciativos. Como Ducrot mesmo afirma, *falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade* (Ducrot, p.14, 1990). A citação acima ilustra bem a concepção de linguagem que subjaz à Teoria da Argumentação na Língua: a linguagem serve para falar das coisas do mundo, mas não as descreve objetivamente; as coisas do mundo só aparecem ao sujeito falante como apoio para a expressão de suas argumentações e da sua subjetividade.

Como vemos, diferentemente da Retórica, a Teoria da Argumentação na Língua parte do pressuposto de que não são as coisas ou os fatos que argumentam, mas sim a língua, pois a argumentação está na língua.

Considerando o que foi exposto acima, faz-se importante ressaltar que o presente estudo está consoante com o conceito de linguagem adotado pela ANL, e que, portanto, defendemos a idéia de que a função

primeira da língua é argumentar, isto é, mostrar a subjetividade do sujeito falante, seu ponto de vista sobre a realidade e que essa argumentação está no linguístico e independe das *realidades* que as palavras representam.

Justifica-se assim, a escolha da atual fase da ANL, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), pela possibilidade de mostrar por meio da construção de encadeamentos e blocos como as relações entre palavras e enunciados se formam e como o sentido se constrói, a partir dessas relações ao longo do discurso.

Para que possamos desenvolver nosso estudo, organizamos a tese em três grandes capítulos (além da introdução e da conclusão). No primeiro capítulo apresentamos duas diferentes concepções de linguagem que abordam de maneiras distintas a construção do sentido no discurso. Iniciamos por um breve percurso histórico da Linguística Textual, a fim de explicar a conceituação tradicional da referência, a qual entendemos que serve de base para os estudos de Hasan e depois abordamos seu momento atual, a referenciação sob o olhar da perspectiva sócio-cognitiva. Pretendemos com isso, conceituar a linguagem nessas duas diferentes teorias linguísticas para mostrar de que maneira elas diferem do conceito de linguagem que norteará a nossa pesquisa.

No segundo capítulo explicitamos a teoria linguística da qual nos valem, a saber: a Semântica Argumentativa. Definimos seus princípios e conceitos básicos, a sua concepção de linguagem, suas raízes na proposta estruturalista saussuriana e seu vínculo com a perspectiva enunciativa. Retomamos também o percurso feito pelas duas primeiras fases e suas contribuições para a terceira e atual fase – a Teoria dos Blocos Semânticos.

No último capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados no nosso estudo, explicamos a metodologia, justificamos o *corpus* da pesquisa e mostramos as análises feitas. A seguir passamos à discussão dos resultados observados e, por fim, às conclusões da tese, às referências bibliográficas e aos anexos.

1 DIFERENTES CONCEPÇÕES DE LINGUAGEM

Neste primeiro capítulo temos como objetivo fazer uma revisão de duas perspectivas linguísticas que, sob diferentes enfoques, estudam a construção do sentido. Faz-se necessária a apresentação desses estudos para que possamos explicitar em quais aspectos a nossa abordagem se assemelha ou difere deles e, também para justificar a teoria escolhida para nortear este trabalho. Pretendemos com isso mostrar por que a Semântica Argumentativa se presta para a apreensão do sentido que resulta das relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados no discurso. Iniciaremos nossa explanação pela questão da referência, a qual parece fundamentar a teoria de Hasan para depois passarmos para a referenciação na perspectiva sócio-cognitiva. Limitar-nos-emos a esses dois estudos por acreditarmos que seus postulados interessam diretamente ao nosso trabalho.

1.1 A questão da referência

Nosso estudo iniciará com uma breve retomada dos caminhos percorridos pela Linguística Textual desde o seu surgimento até o seu momento atual, a perspectiva sócio-cognitiva, a qual será abordada com maior profundidade na próxima seção.

Quando surgiu na década de 1960, na Europa, onde ganhou grande projeção a partir dos anos 70, especialmente, mas não só, na Alemanha, a Linguística Textual teve inicialmente por preocupação descrever os fenômenos sintático-semânticos ocorrentes entre enunciados ou sequências de enunciados, alguns deles, inclusive, semelhantes aos que já haviam sido estudados no nível da frase.

Nos dias de hoje, é inquestionável tomar-se o texto como unidade de análise no campo dos estudos da linguagem, ou melhor, é uma verdadeira necessidade, entretanto essa ideia nem sempre foi aceita: houve um percurso de mais de 30 anos desde que o termo Linguística do Texto foi empregado pela primeira vez, com o sentido que possui atualmente por Weinrich (1966, 1967), autor alemão que postula que toda a Linguística deve ser necessariamente uma Linguística do Texto.

Desde então, a Linguística Textual vem se desenvolvendo e passando por diferentes momentos e modelos teóricos, pois o surgimento dos estudos sobre o texto faz parte de um amplo esforço teórico, com perspectivas e métodos diferenciados, de constituição de outro campo (em oposição a Linguística Estrutural), que procura ir além dos limites da frase e procura reintroduzir, em seu escopo teórico, o sujeito e a situação da comunicação, excluídos dos postulados dessa mesma Linguística Estrutural, que compreendia a língua como sistema e como código, com função puramente informativa.

Apesar de não ter havido um desenvolvimento homogêneo na constituição do campo da Linguística Textual, é possível distinguir três momentos fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria do texto: o da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o da teoria ou Linguística do Texto. Não há um consenso entre os autores que houve uma certa cronologia na passagem de um momento para o outro, por não haver, entre eles, uma sucessão temporal, constituindo-se cada um deles em um tipo diferente de desenvolvimento teórico.

O primeiro momento é aquele que se denomina *análise transfrástica*, que estuda as relações referenciais, em particular a correferência, que é considerada como um dos principais fatores de coesão textual. Embora tenhamos que reconhecer que, neste momento inicial, deu-se um passo à frente, ao se superarem os limites da frase, e que se preparou de certa forma o terreno para uma gramática textual, não se pode dizer que se tenha chegado a um tratamento autônomo do

texto, nem que se tenha construído um modelo teórico capaz de garantir um tratamento homogêneo dos fenômenos pesquisados.

O segundo momento é o da construção das *gramáticas textuais*, que surgiram com a finalidade de refletir sobre alguns fenômenos linguísticos inexplicáveis por meio de uma gramática de frases, já que um texto não é uma sequência de frases isoladas. Assim, entra em cena nos Estados Unidos, a gramática gerativa, de Noam Chomsky, e a sintaxe (descrição e explicação das estruturas frasais de uma língua) tornou-se o centro das pesquisas linguísticas. A semântica, de maneira tímida a princípio, depois com maior vigor, foi acompanhando essa evolução: a semântica estrutural dedicou-se ao estudo dos componentes do significado dos signos linguísticos (semas) e das relações de significado entre signos portadores de semas comuns. Na teoria gerativa de inspiração chomskyniana, em que o componente central – criativo – da gramática é o componente sintático, o componente semântico – como também o fonológico – era considerado apenas interpretativo, ou seja, tinha por função interpretar estruturas sintáticas já formadas e atribuir àquelas ‘bem-formadas’ de acordo com as regras do sistema, uma interpretação semântica. A semântica gerativa – corrente semanticista ou transformacionista, dissidente no interior do gerativismo chomskyano, pretendeu dar ao componente semântico primazia sobre o sintático. Em outras palavras, as estruturas profundas (subjacentes àquelas que são efetivamente proferidas) seriam semânticas e não sintáticas, como preferia Chomsky, e a elas se chegaria por meio da aplicação de uma série de regras transformacionais. Continuou, no entanto, excessivamente atrelada, por um lado, à semântica componencial – os componentes do significado passaram a ser denominados ‘traços semânticos’ – e, por outro lado, à lógica de cunho vericondicional. É importante observar-se que tanto a Linguística Estrutural quanto a gerativa dedicavam-se ao estudo da língua em abstrato, fora de qualquer contexto de uso.

Ainda dentro do segundo momento da Linguística Textual, dando continuidade às tentativas de elaboração das *gramáticas textuais*,

destacam-se M.A.K. Halliday e Ruqaiya Hasan, seguidores da linha funcionalista introduzida na Inglaterra por J. Firth⁷ e também alguns dos autores europeus que mais influenciaram o desenvolvimento da Linguística Textual. Por essa razão, no presente estudo, iremos nos deter e apresentar com maior detalhe os conceitos elaborados por Halliday e posteriormente por Hasan.

Halliday e Hasan em seu estudo clássico intitulado *Cohesion in English* (1976) foram os primeiros a definirem o termo *coesão* e os seus mecanismos coesivos, termos básicos para os estudos textuais. Apesar de alguns conceitos e classificações contidos nessa obra de Halliday e Hasan serem bastante questionáveis nos dias de hoje, eles se tornaram uma referência no campo da Linguística Textual e, como tal, têm servido de fundamento para vários estudos posteriores a ele. Para nós, nesta pesquisa interessam muito os conceitos que serão apresentados a seguir, pois neles parece estar subjacente a concepção de linguagem que permeia os trabalhos desses autores.

Para Halliday e Hasan, a coesão se refere às relações de significado que existem dentro de um texto, isto é, ao leque de possibilidades que existem para ligar semanticamente um item lexical que remete a outro, tanto para frente (catáfora) como para trás (anáfora) dentro do texto. São elementos de referência os itens da língua que não podem ser interpretados semanticamente por si mesmos, mas remetem a outros itens do discurso necessários à sua interpretação. A referência pode ser situacional ou exofórica e textual ou endofórica. Em outras palavras, a referência é denominada exofórica quando a remissão é feita a algum elemento da situação comunicativa, isto é, quando o referente está fora do texto e é denominada endofórica quando o referente se acha expresso no próprio texto.

Os autores ressaltam que o que está em questão é o conjunto de relações semânticas, portanto, na prática, a coesão é o conjunto de recursos semânticos lexicais ou gramaticais por meio dos quais uma frase

⁷ Linguista inglês para quem a linguagem deve ser considerada parte de um processo social.

se conecta com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos.

Nesta perspectiva, a textualidade⁸ depende, em grande parte, dos recursos ou mecanismos de coesão, que podem ser resumidos desta maneira:

- Mecanismos gramaticais:

a) referência: modo de um signo linguístico se relacionar a um objeto extralinguístico. Pode ser pessoal, demonstrativa e comparativa;

b) substituição: colocação de um item lexical em lugar de outro (s) elemento (s) do texto ou, até mesmo, de uma oração inteira. Pode ser nominal, verbal e frasal;

c) elipse: substituição por zero, ou seja, omissão de um item lexical, um sintagma, uma oração ou todo um enunciado, facilmente recuperável pelo contexto. Divide-se em nominal, verbal e frasal;

d) conjunção coesiva: permite estabelecer relações significativas específicas entre elementos ou orações do texto. Essas relações são assinaladas por marcadores formais (conectores e partículas de ligação) que correlacionam o que está para ser dito àquilo que já foi dito. Dividem-se em aditiva, adversativa, causal, temporal e continuativa;

- Mecanismo lexical:

Coesão lexical: obtida pela reiteração, isto é, pela repetição, sinonímia, hiperonímia, uso de nomes genéricos e expressões nominais e também pela colocação.

Halliday e Hasan (1976, p.274) afirmam que *a coesão lexical diz respeito ao efeito coesivo que é obtido pela seleção de vocabulário*. Esse efeito é alcançado por meio de dois mecanismos coesivos: a reiteração e a colocação. A *reiteração* refere-se a todo processo textual de remissão de um segmento a outro, previamente (anáfora) ou subsequentemente

⁸Para Beaugrande e Dressler (1981), é um conjunto de sete critérios, dois deles (coesão e coerência) 'centrados no texto' e cinco (situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade) 'centrados no usuário', que formam um conjunto comunicativo contextual.

(catáfora) introduzido, mediante o emprego do mesmo item lexical, de sinônimos, de superordenados ou de nomes genéricos. A *colocação* é realizada mediante o uso de termos pertencentes a um mesmo campo semântico.

Os seguintes exemplos, dados pelos autores (1976, p.278-280), ilustram as definições de reiteração e de colocação:

1- Reiteração:

(1) Eu comecei **a ascensão** do monte.

a) A **ascensão** é bastante fácil. (mesmo item lexical)

b) A **escalada** é bastante fácil. (sinônimo)

c) A **tarefa** é bastante fácil. (superordenados)

d) A **coisa** é bastante fácil. (nome genérico)

2- Colocação:

(2) Por que este **menininho** fica se mexendo todo o tempo? As **meninas** não se mexem tanto. (mesmo campo lexical)

Essa primeira classificação de Halliday e Hasan (1976) acerca da coesão lexical e seus mecanismos coesivos foi alvo de críticas por parte de linguistas como Brown & Yule (1983), Koch (1987, 1989) e Fávero (2001), entre outros.

Brown & Yule (1983) questionam o modelo proposto por Halliday e Hasan, por entenderem que esses autores adotam uma visão substitucionalista da linguagem, isto é,

os itens referenciais são vistos como simples substitutos do referente, podendo sempre ser trocados por ele. No desenrolar de um texto, o referente sofre mudanças de estado, de modo que sua descrição vai se modificando, por isso, faz-se necessária a possibilidade de associar, com o referente, mudanças de estado e transportá-las através do discurso, à medida que ele progride.

Koch (1987, 1989) e Fávero (2001) afirmam que, como a classificação de Halliday e Hasan (1976) era bastante discutível, grande parte dos pesquisadores passou a classificar os recursos coesivos em dois grandes grupos, responsáveis pelos dois maiores movimentos de construção do texto: a remissão/referência a elementos anteriores (coesão remissiva e/ou referencial) e a coesão sequencial. Na coesão remissiva estão a referência, a substituição, a elipse e uma parte da coesão lexical, na coesão sequencial está a outra parte da coesão lexical, bem como a conjunção de Halliday e Hasan.

Em outro estudo, de 1985, Halliday fez algumas reformulações na sua proposta teórica inicial (1976) e apresentou a seguinte classificação da coesão lexical:

a) Repetição: ocorre sempre que o mesmo item lexical reaparece no texto. Halliday salienta que essa repetição não se dá apenas entre formas lexicais idênticas, mas também entre itens como 'janta, jantar, jantando', em que todas são o mesmo item, e a ocorrência de um constitui a repetição de qualquer um dos outros. Segue-se um exemplo clássico de repetição:

(3) Algy encontrou um *urso*. O *urso* era gordo.⁹

O autor coloca que o item de referência 'o', na frase acima, indica que o ouvinte conhece o urso de que se está falando. Essa ligação, então, não é necessária para a coesão lexical, o que se justifica a partir do seguinte:

(4) Algy encontrou um *urso*. *Ursos* são gordos.

⁹ Os exemplos 3 a 9 foram retirados do livro 'An introduction to Functional Grammar' de M. A. K. Halliday (1985).

Segundo Halliday, nessa frase, *ursos* significa todos os *ursos*, constituindo assim a coesão por meio das palavras *urso* e *ursos*.

b) Sinonímia: resulta da escolha de um item lexical que tenha algum sentido sinônimo com outro. Ex: *os sons* com *barulho* e *cavalaria* com *cavalos* em:

(5) (...) quando levou um susto: um *barulho* fez-se ouvir às suas costas. Era o *barulho* de cavalos andando a trote (...) *os sons* da *cavalaria* rapidamente chegavam cada vez mais perto.

Halliday distingue dois tipos de sinonímia:

1- Sinonímia com identidade de referência: a cadeia de itens coesivos inclui sinônimos de mesmo ou de um nível alto de generalidade – sinônimos de estreita relação e superordenados. O superordenado inclui o(s) sentido(s) de um ou de diversos termos chamados hipônimos. Como no exemplo abaixo:

(6) 'Vinte e quatro *melros* assados numa torta. Quando a torta foi cortada, os *passarinhos* começaram a cantar.

Nesse exemplo, temos a repetição do item *torta* e a sinonímia entre *melros* e *passarinhos*. O termo *passarinhos*, no entanto, está em um alto nível de generalidade, sendo assim um superordenado.

Em outro exemplo:

(7) (...) desta vez não havia dúvida sobre *aquilo*: *aquilo* era somente *um porco*, e ela achou que seria um tanto absurdo continuar carregando *aquilo*. Então, ela colocou *a criaturinha* no chão, e (...)

Nesses exemplos, há referência nos itens *um* e *a*. Essa interação entre a coesão lexical e a referência (um porco, a criaturinha, aquilo) é o meio principal de seguir as pistas de referência ao longo do discurso.

2- Sinonímia sem identidade de referência: há a ocorrência de um sinônimo mesmo quando não há relação particular de referência, mas há coesão. Nesse tipo de coesão há relações semânticas, como as variantes particulares da sinonímia: hiponímia e meronímia. Na hiponímia, parte-se do específico para o geral, e na meronímia, da parte para o todo. Assim, quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação específico-geral, tem-se o hipônimo; quando o primeiro elemento mantém com o segundo uma relação parte-todo, tem-se o merônimo. Por exemplo:

(8) Os *corvos* ficaram à espreita. As *aves* aguardavam o momento de se lançarem sobre os animais mortos.

Nesse exemplo, tem-se o hipônimo: corvos → aves.

Por último, Halliday cita um caso especial de sinonímia: a antonímia, itens lexicais que fazem oposição de sentido. Como ilustrado abaixo:

(9) Ele *adormeceu*. O que o *acordou* foi um estrondo.

Em resumo, para Halliday (1985), os casos de sinonímia são classificados em: sinônimos (itens lexicais com o mesmo sentido), superordenados (alto nível de generalidade), hipônimos (do específico para o geral), merônimos (da parte para o todo) e antônimos (itens lexicais que têm sentidos opostos).

Em um estudo posterior, em 1989, Hasan revisou a classificação dos mecanismos coesivos apresentados no estudo de Halliday. No seu

estudo, a autora introduz algumas modificações em relação aos modelos anteriores de 1976 e 1985 que serão apresentadas a seguir.

Hasan afirma que, para delimitar a noção de 'campo geral de significado', irá se servir dos cinco seguintes mecanismos coesivos:

a) Sinonímia: quando o significado experiencial de dois itens lexicais é idêntico, sem que haja sobreposição de significados, mas simplesmente quando os dois itens têm o mesmo significado. Ex: entre mulher e senhora ou entre comprar e adquirir.

b) Antonímia: é a oposição do significado experiencial. Ex: prata e ouro.

c) Hiponímia: é a relação que existe entre uma classe geral e suas subclasses. O item que se refere à classe geral é chamado de superordenado e o item que se refere às subclasses é chamado de hipônimos. Ex: o termo animal é superordenado e seus hipônimos podem ser: gato, cachorro, etc.

d) Meronímia: é o termo que refere à relação parte-todo, como no caso de árvore, galho e raiz. Galho e raiz são co-merônimos do superordenado árvore.

e) Repetição: é a repetição do mesmo lexical. Como nesse exemplo:

(10) Havia crianças por toda parte.

Havia crianças nos balanços, crianças nos escorregadores, e crianças no carrossel.

É possível também haver repetição com formas morfológicamente diferentes. Ex: sugeriu e sugestão.

Notamos que, apesar de terem feito algumas reformulações ao longo dos anos acerca da classificação dos mecanismos coesivos, Halliday e Hasan mantiveram os mesmos fundamentos da sua teoria.

No mesmo modelo de 1989, Hasan aborda também com bastante profundidade a definição de elos coesivos, cadeias coesivas, interação entre cadeias, harmonia coesiva e textura.

Hasan afirma que a textura de um texto se manifesta por certos tipos de relações semânticas entre as suas mensagens individuais. Ao se falar em textura, o conceito mais importante é o de *elo coesivo*, que é a relação entre dois membros dentro de um texto. Essa ligação é de natureza semântica, pois dois termos de qualquer elo estão ligados por algum tipo de relação de sentido, que, por sua vez, constitui as bases da coesão. As relações de sentido podem ser de:

◦co-referencialidade: acontece quando dois itens lexicais tiverem identidade referencial, ou seja, se referirem à mesma coisa ou ao mesmo evento dentro da continuidade textual. Ela ocorre pelos mecanismos coesivos de referência: pronominais, artigo definido, demonstrativos e os comparativos.

◦co-classificação: acontece quando as coisas, processos ou circunstâncias aos quais os itens lexicais se referem pertencem a uma classe idêntica, mas cada extremidade do elo coesivo se refere a um membro dessa classe. Normalmente acontece por substituição ou elipse.

◦co-extensão: acontece quando os membros do elo coesivo se referem ao mesmo campo de significado. Os mecanismos coesivos que expressam esse tipo de relação de sentido, dentro do mesmo campo de significado, são a sinonímia, a antonímia, a hiponímia, a meronímia e a repetição do mesmo item lexical.

Essas relações de sentido formam a ligação entre os dois membros de um elo; assim, a sua existência é essencial para a textura de um texto.

Nesse modelo, Hasan ressalta a interdependência entre a coesão gramatical e a lexical. E afirma que a reciprocidade entre esses dois tipos de coesão é essencial. Assim, dentro de um texto elas andam lado a lado, uma apoiando a outra, garantindo a continuidade textual.

Esses dois tipos de coesão se expressam por meio de cadeias coesivas, que são formadas por um conjunto de itens que estão

relacionados uns aos outros pelas relações de sentido (de co-referência, co-classificação e co-extensão).

As cadeias coesivas podem ser subcategorizadas em dois tipos: cadeias de identidade e cadeias de similaridade.

A relação entre os membros de uma cadeia de identidade é de co-referência, pois cada membro da cadeia se refere à mesma coisa, evento ou a qualquer coisa. Isso ocorre, por exemplo, entre *menina* e *ela*.

Já nas cadeias de similaridade, os membros estão relacionados uns aos outros por co-classificação ou co-extensão. Essa cadeia é formada por itens que pertencem a coisas ou eventos relacionados ou que estão dentro do mesmo campo semântico. Por exemplo: *caminhar*, *andar*, *alcançar*, etc.

As cadeias têm papel importante na organização textual, contribuindo para a produção do sentido pretendido pelo locutor do texto.

Para fins de análise, no presente trabalho usaremos a definição de cadeias coesivas de Hasan, portanto, partiremos da identificação dos membros da cadeia coesiva que estão no eixo paradigmático para depois apreender o sentido que deriva da relação desses membros com as outras palavras no eixo sintagmático, fundamentados na concepção de linguagem da ANL.

Os estudos sobre o texto de Hasan se baseiam na perspectiva funcional da linguagem. Essa perspectiva está centrada em um conceito amplo de função, que inclui tanto as funções dos enunciados e textos quanto às funções de unidades dentro de uma estrutura. Outro ponto central da obra dessa autora está na incorporação da dimensão social à linguística, pois para ela a linguagem é inteiramente dependente da cultura. A concepção funcional da linguagem parte da pressuposição central de que a forma é subordinada à função e o texto se define como sendo linguagem que é funcional, isto é, linguagem que está fazendo algo em algum contexto de situação (situação na qual os textos realmente ocorrem e se desenrolam), em oposição às palavras ou frases isoladas. Em seu estudo de 1989, a autora reforça a ideia de que o texto deve ser

entendido como uma unidade semântica, uma unidade da língua em uso. Ele não constitui uma unidade de forma, mas de significado, e ao mesmo tempo não consiste de frases, embora se concretize por meio delas. Assim a linguagem, dentro dessa perspectiva, não funciona de maneira isolada, mas sim somente como um texto, em uma situação real de uso.

A classificação dos mecanismos coesivos de Hasan nos parece estar atrelada a questão de referência à realidade que abordaremos a seguir.

A concepção clássica de referência entende o léxico como uma série de etiquetas que corresponde a uma variedade de elementos no mundo. Para essa concepção, a linguagem é concebida como transparente e referencialista, isto é, como espelho do mundo e do pensamento. O homem representa para si o mundo através da linguagem e, sendo assim, a função da língua é representar (refletir) seu pensamento e seu conhecimento do mundo. Para as teorias vericondicionais, que se fundamentam nessa perspectiva teórica, é possível falar do mundo de forma objetiva, separando claramente os fatos das crenças. Apesar de já ter sido bastante questionada, essa visão tradicional filosófica e lógica ainda encontra fortes defensores na atualidade.

Mondada (2005) afirma que

A questão da referência é um tema clássico da filosofia da linguagem, da lógica e da linguística: nestes quadros ela foi historicamente posta como um problema de representação do mundo, de verbalização do referente, em que a forma linguística selecionada é avaliada em termos de verdade e de correspondência com o mundo.

Se concordássemos que com a visão vericondicional da linguagem, teríamos uma teoria escorada no referente externo à linguagem, isto é, nas *próprias coisas* do mundo, supondo, portanto que o homem tem acesso direto a elas, independente de quaisquer filtros interpostos pela sua inserção sócio-histórica ou cultural. Para essa visão, as línguas naturais seriam como que nomenclaturas ligadas às coisas de um mundo preliminarmente discretizado, recortado. Uma teoria da linguagem deve privilegiar os diferentes modos de ver as coisas, dando prioridade ao

ponto de vista, não ao objeto. Isso implica, por exemplo, que dois observadores pertencentes a comunidades linguísticas distintas não vêem nunca exatamente o mesmo mundo.

Fazer das coisas do mundo a base da semântica, tal como é o caso da tradição lógica, é instaurar a semântica fundamentada em certos pressupostos filosóficos. Se as expressões das línguas humanas apontam para conceitos situados fora delas e concebidos como independentes desta ou daquela língua natural, isso quer dizer que tais conceitos são universais, logo imutáveis para todo e qualquer ser humano, pouco importando em que cultura este tenha nascido e sido criado. Além disso, se os conceitos, por sua vez, são garantidos pelas coisas do mundo, também chamados de referentes, é preciso então assumir que o mundo é o mesmo para todos. Essa concepção de linguagem nos levaria, assim, a admitir que, só havendo um mundo real, a verdade, que é garantida por esse mundo, é conseqüentemente uma coisa única.

Contra essa ideia de que as coisas do mundo são as mesmas para todo observador e de que já viriam previamente discretizadas, bastando às línguas naturais colar-lhes rótulos designativos, insurgiu-se na primeira metade do século XX, a Linguística Estrutural de Saussure, que já rechaçava a ideia de que a língua é uma nomenclatura, pois seria o mesmo que dizer que a língua *é uma lista de termos que correspondem a outras tantas coisas* (Saussure, 1969, p.79).

Para Saussure (1969), a língua é como um sistema de signos linguísticos, em que o signo é a relação entre uma imagem acústica, que ele denominou *significante*, e um conceito, denominado *significado*. A partir dessa definição de signo, vê-se que, do ponto de vista saussuriano, a relação que existe não é entre palavras e coisas, mas sim entre uma imagem acústica e um conceito. A relação entre as coisas do mundo e as palavras não faz mais parte da definição de língua. O mundo e as suas coisas passam para um domínio que está fora dos estudos linguísticos e a língua adquire uma especificidade peculiar e própria. Um signo é formado por um significante e um significado, definido dentro de um sistema,

portanto um signo ganha valor na relação com os outros signos. As palavras designam conceitos, ou seja, o significante representa o significado. Essa designação é o que Saussure chama de significação, o vínculo entre o significante e o significado, *um vínculo consagrado pela língua*. Assim, o que significa são os signos com suas relações com os outros signos e não a relação entre as palavras e as coisas do mundo. Para Saussure, é a partir de uma língua que se vêm as coisas do mundo e não o contrário, não são as coisas do mundo que determinam as coisas da língua.

A abordagem tradicional da referência tem uma visão da língua em que as idéias já vêm prontas, definidas, preexistentes às palavras. Se o mundo está repleto de coisas e se cabe à língua somente nomeá-las, ela se reduziria a ser um reflexo dessas coisas. Sem domínio próprio, pois, como um reflexo das coisas do mundo, ela é vista simplesmente como uma coleção de nomes. A língua não é um instrumento de codificação de mensagens nem um instrumento para transmissão de informação. A linguagem e o pensamento não refletem a realidade da mesma forma que um espelho reflete um objeto de nossa percepção. Não há essa correspondência direta, mas sim, uma construção subjetiva e intersubjetiva da realidade dentro do discurso.

Para a concepção referencialista de linguagem, o mundo estaria então organizado e discretizado exteriormente e entendê-lo seria simplesmente compreender como essa organização acontece. O real sentido de uma palavra seria uma certa descrição do conjunto de características que um dado ser mundano precisaria ter para poder receber esse nome, para fazer valer a etiqueta que lhe foi designada previamente.

Para as teorias semânticas formais, a questão da referência e da verdade é reduzida à relação de correspondência entre representações simbólicas e estados-de-coisa-no-mundo, por esta razão aprendemos ser verdade que *a neve é branca* se, e somente se, a neve for branca. A significação é a relação entre os elementos linguísticos e o mundo. Desse

modo, a significação de *carro*, é sua relação com algo no mundo que é um carro. O fundamento do conceito de significação é o de verdade, ou seja, é a relação da frase e das expressões que a compõem, com as situações no mundo às quais elas se relacionam no sentido lógico.

Aparentemente os defensores de 'sentidos verdadeiros' das palavras esqueceram-se das palavras de Wittgenstein (1969):

Uma palavra não tem um sentido dado a ela por um poder independente de nós, de modo que poderia haver algum tipo de investigação científica sobre o que a palavra *realmente* significa. Uma palavra tem o sentido que alguém deu a ela.

Nessa discussão de como a linguagem apreende o mundo, Leite (1998, p.157) afirma que *nós não temos acesso a uma realidade não conceitualizada e, por conseguinte, não há como representar uma realidade independente de nós*. O mundo não é aquilo a que a proposição corresponde quando ela é verdadeira, já que somos nós que conformamos o mundo de acordo com os nossos próprios conceitos. A estrutura do mundo exterior é definida pela nossa maneira interna de entender as coisas.

Marcuschi (2002) acrescenta:

(...) a maneira como dizemos aos outros as coisas é muito mais uma decorrência de nossa atuação discursiva **sobre** o mundo e de nossa inserção sócio-cognitiva no mundo pelo uso de nossa imaginação em atividades de 'integração social', do que simples fruto de procedimentos formais de categorização linguística.

Portanto, o mundo comunicado não é consequência de uma identificação de realidades discretas e formalmente determinadas. Não podemos conceber que a língua seja somente um instrumento que existe *a priori* para representar o mundo. Entendemos que não há como existir uma relação biunívoca entre linguagem e mundo, e, por conseguinte, uma visão representacional da linguagem.

Levando em consideração o que foi discutido nesta seção, o presente estudo quer repensar essa clássica concepção referencialista

entre a linguagem e o mundo que acreditamos estar na base da teoria de Hasan e de tantas outras, mesmo hoje em dia. Esperamos mostrar, pela visão da ANL, que a linguagem não espelha a realidade, mas constrói a realidade dentro do discurso, de maneira subjetiva e intersubjetiva. Na seção seguinte, dando continuidade à apresentação da trajetória da Linguística Textual, estudaremos seu terceiro momento: a abordagem sócio-cognitiva, que tem dedicado suas pesquisas à investigação do referente no discurso e que, portanto serve de base para várias pesquisas linguísticas mais recentes.

2.2 A referenciação

O terceiro momento da Linguística Textual surgiu da necessidade de alguns linguistas de irem além da abordagem sintático-semântica, já que para eles o texto é a unidade básica de comunicação e interação humana. Nos anos 70, a adoção da perspectiva pragmática foi se impondo gradativamente e conquistando importância nas pesquisas sobre o texto. Já não se tratava mais de pesquisar a língua como sistema autônomo, mas seu funcionamento nos processos comunicativos de uma sociedade concreta. Assim, na metade da década de 70, desenvolveu-se um modelo de base que compreendesse a língua como uma forma específica de comunicação social, da atividade verbal humana, interconectada com outras atividades (não-linguísticas) do ser humano. Por outro lado, a partir da década de 80, observou-se uma nova orientação nos estudos do texto, com a tomada de consciência de que todo fazer (ação) é necessariamente acompanhado de processos de ordem cognitiva, de que quem age precisa dispor de modelos mentais de operações e tipos de operações. O texto passa então a ser considerado resultado de processos mentais: é a abordagem procedural, segundo a qual os parceiros da comunicação possuem saberes acumulados quanto aos diversos tipos de

atividades da vida social, têm conhecimentos representados na memória que necessitam ser ativados para que sua atividade tenha êxito. Dessa forma, eles já trazem para a situação comunicativa determinadas expectativas e ativam dados conhecimentos e experiências quando da motivação e do estabelecimento de metas, em todas as fases preparatórias da construção textual, não apenas na tentativa de traduzir seu projeto em signos verbais, mas certamente também na atividade de compreensão de textos.

Atualmente com o desenvolvimento cada vez maior das investigações na área da cognição, as questões relativas ao processamento do texto, em termos de produção e compreensão, à representação do conhecimento na memória, aos sistemas de conhecimento postos em ação por ocasião do processamento, às estratégias sócio-cognitivas e interacionais nele envolvidas, entre muitas outras, vêm ocupando o centro dos interesses de diversos estudiosos do campo. Como exemplo, podemos citar as obras de Heinemann & Viehweger (1991), de Adam (1990 e 1993), de Nussbaumer (1991). No Brasil, há uma série de trabalhos sendo desenvolvidos por Marcuschi e Koch, entre outros.

Além da ênfase que se vem dando aos processos de organização global dos textos, assumem importância particular as questões de ordem sociocognitiva, que envolvem, evidentemente, as da referenciação, inferenciação, acesso ao conhecimento prévio, etc.

Com base nesses dados observamos que desde seu aparecimento até hoje, a Linguística Textual percorreu um longo caminho: a uma análise transfrástica, seguiram-se tentativas de elaboração de gramáticas textuais até ter como centro de estudo não apenas o texto em si, mas também todo o contexto, no sentido mais amplo (situacional, sócio-cognitivo e cultural), e a interferência deste na constituição, no funcionamento e, de modo especial, no processamento estratégico-interacional dos textos, entendidos como a forma básica de interação através da linguagem. E é precisamente nessa perspectiva sociocognitivo-

interacionista que nos deteremos neste momento, como ilustra a passagem abaixo:

A linguagem nunca foi inventada por um sujeito isolado na apreensão de um mundo externo e, portanto, não pode ser usada como ferramenta para revelar um tal mundo. Ao contrário, é dentro do linguajar mesmo que o ato de conhecer, na coordenação comportamental que é a linguagem, produz um mundo. Realizamos a nós mesmos em mútuo acoplamento linguístico, não porque a linguagem nos permita dizer o que somos, mas porque somos na linguagem, num contínuo existir nos mundos linguísticos e semânticos que produzimos com os outros. Encontramos a nós mesmos nesse acoplamento, não como a origem de uma referência, nem em referência a uma origem, mas sim em contínua transformação no vir-a-ser do mundo linguístico que construímos com os outros seres humanos. (Humberto Maturana & Francisco Varela, *A Árvore do Conhecimento*, 2001, p. 252-3).

É no interior do campo de estudos do texto que teóricos sociocognitivistas, como Alain Berrendonner, Denis Apothéloz, Daniele Dubois e Lorenza Mondada, e no Brasil, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Villaça Koch, Mônica Magalhães Cavalcante, entre outros, tentam compreender, através da construção do referente, como o sentido é construído interativamente, isto é, como a linguagem fala do mundo.

Como visto na seção anterior, para a concepção tradicional, entender como a linguagem faz referência ao mundo é entender quais as condições de verdade de determinada sentença, ou quais os conjuntos de características necessárias que permitem o uso de certa palavra para referir-se a um dado elemento do mundo. Essa concepção é rejeitada pelos estudiosos sócio-cognitivistas, pois para eles a língua não faz referência ao mundo de maneira a representá-lo ou espelhá-lo dentro da linguagem.

Como defendem Dubois e Mondada (2003, p.17):

(...) postulamos uma concepção segundo a qual os sujeitos constroem, através de práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas, versões públicas do mundo.

Os estudiosos sócio-cognitivistas, portanto, partem de uma concepção de linguagem que vê a língua em seu aspecto dinâmico, como uma atividade, um processo em que os falantes se engajam para construir a referência. A língua é atividade humana, ação, construção ativa de sentidos. De acordo com a visão defendida pelo sócio-cognitivismo, a língua não é lugar para se resolver as questões referentes à verdade e à mentira. A questão da vericondicionalidade não é importante para a construção dos sentidos nessa perspectiva.

Para essa concepção de linguagem, os sentidos são construídos ativamente pelos interlocutores na interação, por isso entender o sentido é entender como as pessoas fazem sentido com as palavras e não como as palavras refletem o mundo.

Inserida na perspectiva sócio-cognitiva, Cavalcante (2003) define os sentidos do texto como

significados que se constroem não apenas a partir do que está explicitamente posto na linearidade do texto (ou seja, no cotexto), mas também – e principalmente – a partir da relação entre vários conhecimentos pressupostos no contexto: conhecimento de mundo, conhecimento sócio-político-cultural, conhecimento da situação de fala, conhecimento de tipos e gêneros textuais, de variedades linguísticas, e outros arquivados na memória compartilhada dos interlocutores.

Para os defensores da abordagem sócio-cognitivista na base da atividade linguística está a interação e o compartilhar conhecimentos e atenção. Os eventos linguísticos não seriam então, a união de vários atos individuais, e sim, uma atividade que se faz com os outros, conjuntamente.

Para Koch (2004), os eventos linguísticos são

(...) as ações verbais são ações conjuntas, usar a linguagem é sempre engajar-se em alguma ação em que ela é o próprio lugar onde a ação acontece; elas são ações que se desenrolam em contextos sociais, com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente.

Para essa concepção sócio-cognitiva de linguagem, o conceito de contexto também se amplia, pois ele passa a fazer parte da própria interação e de seus sujeitos. O contexto é construído, em grande parte, na própria interação. Dessa maneira, os sujeitos são entendidos como atores ou construtores sociais, e o texto passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores, sujeitos ativos que – dialogicamente – nele se constroem e por ele são construídos. A produção de linguagem é concebida como uma atividade interativa bastante complexa de produção de sentidos, que se fundamenta nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização.

Nessa abordagem, a realidade é construída e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma, sócio-cognitiva, como interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o que está ao nosso redor fisicamente, socialmente e culturalmente. A referência, então, é o resultado da atividade que realizamos quando, para designar, representar ou sugerir algo, usamos uma expressão linguística ou criamos uma situação discursiva referencial com tal finalidade. O sócio-cognitivismo entende que os referentes textuais não são objetos-do-mundo, mas sim *objetos-de-discurso*, pois são construídos dentro do discurso.

Ao discorrer sobre os objetos-de-discurso, Marcuschi e Koch (1998) não negam que exista uma realidade extra-mente, nem estabelecem a subjetividade como parâmetro do real. Para eles, o cérebro humano não funciona como um sistema fotográfico do mundo, tampouco como um sistema de espelhamento, isto é, nosso modo de ver e dizer o real não coincide com o real. Nosso cérebro “reelabora” os dados sensoriais com a finalidade de apreender e de compreender o que nos rodeia. Essa “reelaboração” acontece essencialmente no discurso, mas não subjetivamente, ela tem que obedecer a restrições impostas pelas condições culturais, sociais, históricas e também pelas condições de processamento decorrentes do uso da língua.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Apothéoz e Reichler-Béguelin (1995) postulam que:

a) a referência está relacionada com as operações efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve;

b) o discurso constrói aquilo a que faz remissão, ao mesmo tempo que é tributário dessa construção. Em outras palavras, todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, *publicamente* alimentada pelo próprio discurso.

c) eventuais mudanças físicas ou de qualquer outro tipo, sofridas *mundanamente* ou mesmo predicativamente por um referente, não acarretam necessariamente no discurso uma recategorização lexical, sendo o contrário também verdadeiro.

Sob a ótica do sócio-cognitívismo, a interpretação de uma expressão anafórica, nominal ou pronominal, consiste não em localizar um segmento linguístico – um antecedente – ou um objeto no mundo, mas em estabelecer uma relação com algum tipo de informação presente na memória discursiva. Por essa razão, alguns termos sofreram distinções nessa perspectiva: *referir* é uma atividade de designação realizável por meio da língua sem implicar uma relação espetacular língua-mundo; *remeter* é uma atividade indexical na contextualidade, *retomar* é uma atividade de continuidade de um núcleo referencial, seja em uma relação de identidade ou não.

Toda essa mudança de perspectiva teve, portanto, como consequência a substituição do termo *referência* por *referenciação*, pois a relação entre a língua e mundo passa a ser interpretada e não mais aferida por referentes que representam o mundo ou que autorizam essa representação. Como postula Mondada (2001)

A referenciação não privilegia a relação entre as palavras e as coisas, mas a relação intersubjetiva e social no seio da qual as versões do mundo são publicamente elaboradas, avaliadas em termos de adequação às finalidades práticas e às ações em curso dos enunciadorees.

A referenciação constitui, assim, uma atividade discursiva. O sujeito, na interação, opera sobre o material linguístico que tem à sua disposição, fazendo escolhas significativas para representar estados de coisas, visando à concretização do seu projeto de dizer.

Da trajetória que começa em referência e vai até referenciação, segue-se também a que vai do cognitivismo ao sócio-cognitivismo, a partir do qual a cognição é entendida como uma construção social, intersubjetiva e historicamente situada.

Como foi dito anteriormente, os autores sócio-cognitivistas defendem a tese de que todo discurso constrói uma representação que funciona como memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual), sendo os sucessivos estágios dessa representação responsáveis, pelo menos parcialmente, pelas seleções feitas pelos interlocutores, particularmente quando se trata de expressões referenciais. Assim que são produzidos, os conteúdos implícitos são integrados à memória discursiva juntamente com os conteúdos linguisticamente validados, sendo, por isso, possíveis de serem anaforizados.

Segundo Koch (2004, p.62), as seguintes estratégias de referenciação fazem parte da memória discursiva:

1- Construção/ativação: estratégia pela qual um *objeto* textual, não mencionado anteriormente é introduzido, preenchendo um nóculo (endereço cognitivo, locação) na rede conceitual do modelo de mundo textual;

2- Reconstrução/reativação: um nóculo já presente na memória discursiva é reintroduzido na memória operacional, através de uma forma referencial;

3- Desfocalização /desativação: acontece quando um novo objeto-do-discurso é introduzido, passando a ocupar a posição focal. O objeto retirado do foco, entretanto, continua em estado de ativação parcial, em outras palavras, ele continua na memória dos interlocutores.

Cabe ressaltar também, para essa perspectiva, a importância dos conhecimentos prévios e dos conhecimentos partilhados, ou pressupostos como partilhados, entre os interlocutores, que vão determinar, por exemplo, o balanceamento entre o que precisa ser explicitado e o que pode ficar implícito no texto. Pressuposições falsas de conhecimento partilhado podem levar ao processamento inadequado do texto por parte do interlocutor, acarretando mal-entendidos.

Para ilustrar como as estratégias de referenciação ocorrem, vejamos o seguinte exemplo extraído de Koch (2004, p.63):

(11) *Com a perigosa progressão da demência bélica de Bush 2ª (construção) cabe uma indagação: para que serve a ONU? Criada logo após a 2ª Guerra Mundial, como substituta da Liga das Nações, representou uma grande esperança de paz e conseguiu cumprir seu papel durante algum tempo, amparando deslocados de guerra, mediando conflitos, agindo pela independência das colônias. (...)*

É. Sem guerra não dá. Num mundo de paz, como iriam ganhar seu honrado dinheirinho os industriais de armas que pagaram a duvidosa eleição de Bush 2ª, o Alopado? (nova construção a partir de uma reativação) Sem guerra, coitadinhas da Lockheed, da Raytheon (escândalo da Sivan lembram?). Com guerra à vista, estão faturando firme. A ONU ainda não abençoou essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal (reconstrução por recategorização) (...) O Caubói Alopado (reconstrução por recategorização) já nem disfarça mais. (...) (Juracy Andrade, "Delinquência internacional", Jornal do Commercio, Recife, 8 de fev.2003).

Dentro da abordagem sócio-cognitiva, fica evidente nesse exemplo como o referente George W. Bush é construído e reconstruído no texto, segundo os propósitos do jornalista e de forma altamente argumentativa. Koch chama a atenção para a quantidade de conhecimentos prévios exigidos do leitor da matéria para construir, de modo adequado, o sentido

que lhe é proposto. De acordo com a linguista, para que o leitor possa entender a expressão *demência bélica de Bush 2º*, precisa saber que Bush é o presidente dos Estados Unidos e que seu pai também o foi e perceber também a ironia veiculada pelo número ordinal, comumente usado na designação de papas, reis e imperadores. A expressão *demência bélica* se deve ao fato que Bush estava impondo ao mundo uma guerra que, para a maior parte da humanidade, não tem a menor razão de ser. A autora afirma que em *a duvidosa eleição de Bush 2ª, o Alop rado*, o leitor precisa ter conhecimento de como se realizou a apuração das eleições presidenciais em que Bush foi eleito. Em *essa nova edição de guerra santa, do terrorismo do bem contra o terrorismo do mal*, é necessário saber o que eram as guerras santas, empreendidas pelos cruzados, que representavam o *bem*, contra os infiéis, que representavam o *mal*, acrescidos da idéia de que ambos os lados agora são terroristas. E *O Caubói Alop rado* exige que se conheça o estado natal do presidente norte-americano e seu modo de vida antes de se tornar político.

O exemplo acima corrobora a tese de que os chamados 'referentes' são, na verdade, objetos-do-discurso que vão sendo construídos e reconstruídos durante a interação verbal. Uma vez introduzidos na memória discursiva, eles vão sendo constantemente transformados, reconstruídos, recategorizados no curso da progressão textual.

Como postula Mondada (1994, p.64):

O objeto de discurso caracteriza-se pelo fato de construir progressivamente uma configuração, enriquecendo-se com novos aspectos e propriedades, suprimindo aspectos anteriores ou ignorando outros possíveis, que ele pode associar com outros objetos ao integrar-se em novas configurações, bem como de articular-se em partes suscetíveis de se autonomizarem por sua vez em novos objetos. O objeto se completa discursivamente.

Com base em tudo o que foi exposto nesta seção, o presente trabalho considera a perspectiva sócio-cognitivista um avanço em relação à perspectiva tradicional da referência, no que diz respeito à não

referencialidade entre a linguagem e o mundo exterior e a concepção de que a construção do mundo se dá pelo discurso. No entanto, como se verifica pelo exemplo 11, o sócio-cognitivismo ainda recorre primeiramente ao extralinguístico para explicar o sentido dos referentes. Para os defensores dessa perspectiva, o leitor necessita de vários tipos de conhecimento extralinguísticos ou conhecimentos prévios para compreender o texto. Em nossa investigação, questionamos esse posicionamento, pois esses conhecimentos não são sempre necessários para que se entenda o texto, como na expressão *a duvidosa eleição de Bush 2º, o Alop rado*, sobre a qual Koch afirma que precisamos ter um conhecimento prévio de como foi a eleição presidencial dos EUA para que entendamos o sentido do referente. Perguntamo-nos se é realmente necessário recorrer a esses conhecimentos prévios para compreender o sentido. Eles não estariam pressupostos no discurso? Os sócio-cognitivistas afirmam que a situação comunicativa pode contribuir fortemente para a construção de um ou de mais de um sentido global para o texto. Uma boa análise textual deve então levar em consideração esse fator, sob pena de deixar de ver as possibilidades das relações entre a linguagem e o mundo. É exatamente nesse ponto que discordamos da abordagem sócio-cognitivista, pois assumimos uma posição diferente dessa concepção de linguagem em que a construção do sentido no discurso se fundamenta *primeiramente* nos diferentes conhecimentos extralinguísticos que o leitor precisa ativar para compreender o texto.

A ANL, como veremos com maior profundidade no capítulo seguinte, procura descrever semanticamente a língua desde a própria língua, de modo autônomo e sem recorrer *inicialmente* a nenhum conhecimento prévio do mundo para cumprir tal tarefa. Para essa teoria, o sentido está na própria língua, isto é, no linguístico. A posição de Ducrot é que, em alguns casos, como nos enunciados referenciais (tipo *O carro está na rua*) e na definição de atos de fala (como em *Você vai a Paris amanhã*) é realmente indispensável a busca do contexto para a especificação do sentido. Nesses casos, a estrutura linguística não fornece

o sentido, entretanto ela indica o que procurar no contexto e como fazê-lo. Desse modo, ao substituírmos o artigo definido (*O carro está na rua* por *Há um carro na rua*), a diretiva para a busca no contexto muda. Portanto, o sentido pode ser construído, em parte, pelo contexto, mas essa construção é dirigida pelo valor linguístico da palavra a interpretar.

Assim sendo, dedicaremos o próximo capítulo à Semântica Argumentativa, a fim de melhor compreender seus conceitos, suas bases estruturalistas e enunciativas, como também sua terceira e atual fase: a Teoria dos Blocos Semânticos.

2 SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA

Este capítulo inicia-se com a apresentação dos fundamentos estruturalistas e enunciativos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), seguida da concepção de linguagem que subjaz aos preceitos da teoria, para que depois possamos introduzir seus conceitos básicos. Por fim, explicitaremos sua terceira e atual fase: a Teoria dos Blocos Semânticos, que serve de base para as análises do presente estudo.

2.1 A ANL, o Estruturalismo e a Enunciação

...bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto.
(Saussure, 1969, p.15)

Ducrot afirma que um dos objetivos da Teoria da Argumentação na Língua (ANL) é fazer a descrição semântica da linguagem no quadro do estruturalismo saussuriano. Portanto, para melhor compreender as bases estruturalistas da Semântica Argumentativa, abordaremos os conceitos de *língua* e *fala* e a noção de relação que fazem parte do escopo da teoria estruturalista de Ferdinand de Saussure. Deter-nos-emos mais na noção de relação porque seus princípios interessam diretamente ao nosso trabalho.

Pode-se afirmar que, em muitos aspectos, Saussure é o fundador da moderna ciência da linguagem e é a partir dele que a linguística passa a ser considerada como ciência autônoma, pois estuda a *língua* como sistema, exige métodos rigorosos em termos de descrição e determinação da estrutura das relações entre os constituintes. Foi Saussure que definiu a natureza, as tarefas e o objeto da Linguística Geral. Suas concepções são vistas como originais e extraordinárias e revolucionaram a teoria e a

prática dos estudos linguísticos. O linguista percebeu que a natureza da linguagem é multifacetada, isto é, ela não encobre apenas um objeto, mas vários. Em relação a suas funções, ela pode ser um meio de comunicação, um meio de expressar e de dar forma às ideias. Em relação às condições de sua existência ela pode ser considerada como um fato histórico-cultural. Em relação a sua organização interna ela é um sistema de signos que codifica e decodifica mensagens. Saussure entende a *língua* como uma totalidade organizada em que os diferentes elementos são interdependentes e sua importância deriva do seu conjunto. Assim, a *língua* como um sistema de elementos interdependentes está na raiz da Linguística Estrutural Saussuriana.

Por causa da necessidade de se definir um objeto específico para a análise linguística que apresentasse homogeneidade interna, Saussure tomou como ponto de partida a distinção entre *língua* e *fala*.

O linguista parte do pressuposto que *a linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro* (SAUSSURE, p.16), que corresponderiam, respectivamente, a *fala* e a *língua*.

Para Saussure a *língua* não é a linguagem, é somente uma parte essencial dela, sem dúvida. É um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pela sociedade para que se exercite essa faculdade nos indivíduos. Se vista como um todo, a linguagem é multiforme e heteróclita, pertence tanto ao domínio individual como ao social e não é possível classificá-la em nenhuma categoria de fatos humanos. Já a *língua* é como um todo por si e um princípio da classificação.

Logo, ao atribuir-se à *língua* o primeiro lugar no estudo da linguagem, leva-se em consideração a afirmação de que a faculdade, natural ou não, de articular palavras só é exercida com o auxílio de instrumento criado e fornecido pela coletividade, portanto a unidade da linguagem se constitui pela *língua*. É um tesouro depositado pela *fala* em todos os indivíduos que pertencem à mesma comunidade, um sistema

gramatical virtual que se encontra nos cérebros de um conjunto de indivíduos, pois a *língua* só se completa na coletividade.

Saussure afirma que, ao separar-se a *língua* da *fala*, separa-se também o que é social do que é individual e o que é essencial do que é relativamente accidental.

A *língua* não é, portanto, uma função constitutiva do falante; ela é o produto que o indivíduo registra passivamente e que lhe é exterior, logo ele não pode nem criá-la nem modificá-la por si mesmo. É uma espécie de contrato que já foi estabelecido previamente pelos membros de uma mesma comunidade. A *fala*, no entanto, é um ato individual de vontade e inteligência. A natureza homogênea da *língua* advém do fato dela ser um sistema de signos, no qual de essencial só existe a união do sentido e da imagem acústica e as duas partes do signo são igualmente psíquicas. Pode-se dizer, então, que os signos da *língua* são tangíveis, pois a escrita pode fixá-los em imagens convencionais, entretanto, seria impossível fotografar em detalhes todos os atos da *fala*. É precisamente por ter essa natureza concreta que a *língua* apresenta grande vantagem para seu estudo separadamente da *fala*.

Os conceitos de *língua* e *fala* influenciaram a concepção dos fundamentos da ANL, pois, pela interpretação de Ducrot desses conceitos estabelecidos por Saussure, há na teoria estruturalista da linguagem distinção entre *objeto* e *matéria* da linguística. A *fala* é a matéria, que é o dado empírico, constituído de fatos fisiológicos, psíquicos, sociológicos, instituídos por uma coletividade, concretamente. Por essa razão, Saussure opta por estudar o *objeto* abstrato, definido por ele como sendo a *língua*, um construto teórico.

No entanto, de acordo com Saussure, apesar de poderem ser estudadas em separado, *língua* e *fala* estão estreitamente interligadas, pois a *língua* é necessária para a *fala* inteligível, e a *fala* é necessária para o estudo da *língua*. A *fala* vem antes e faz a *língua* evoluir. Sem dúvida, há interdependência entre elas. Mas não há como uni-las, já que ambas

são entendidas por pontos de vista distintos e, portanto, segundo Saussure, são diferentes linguísticas.

Saussure (p.27) conclui que

o estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem.

Para Ducrot, entretanto, *língua* e *fala* são inseparáveis, pois de acordo com sua proposta argumentativa é precisamente na articulação desses dois elementos que o sentido se constrói e se verifica nas relações que se estabelecem entre o uso das palavras e das frases no enunciado.

Na leitura de Ducrot, a oposição *língua/fala* de Saussure tem duas funções. Uma é metodológica e corresponde à distinção entre o objeto construído pelo pesquisador e o dado que esse objeto procura explicar. É nesse sentido que a noção de frase, para a ANL, é uma construção. A outra função na distinção *língua/fala* é material e interior ao dado, onde se distinguem duas regiões: a *língua*, como constituída por relações observáveis por introspecção ou por um estudo distribucional, e a *fala*, que são outros dados observáveis, os acontecimentos históricos, isto é, os atos de comunicação. Portanto, para o linguista, o objeto teórico *língua* não pode ser construído sem que se faça alusão à atividade de *fala*, utilizando as duas oposições e tomando um termo à primeira e o outro à segunda.

Para o autor, a descrição semântica de uma língua, entendida como conjunto de frases ou de enunciados, não só não pode ser acabada, como não pode ser empreendida de forma sistemática, se não mencionar, desde o começo, certos aspectos da atividade linguística realizada graças a essa língua. Ducrot afirma que *uma linguística da língua é impossível se não for também uma linguística da fala* (1987, p. 63). O autor defende a tese de que a *língua* – vista como objeto teórico – deve conter uma referência àquilo que para Saussure constitui a *fala*. Em outras palavras,

na proposta de Ducrot, a enunciação¹⁰ deve ser introduzida no interior da frase, o que pode parecer contraditório, já que cada enunciação é um acontecimento único, implicando falante e situação particulares, e a noção de *frase*¹¹ deve abstrair a infinidade de empregos. Para resolver essa questão, mantendo a introdução da enunciação na frase, o linguista diz que decisões devem ser tomadas. A primeira é a necessidade de aceitar o fato geral da enunciação, idêntico através da diversidade de enunciações. Esse fato geral é o do papel do locutor e do interlocutor, tomados num sentido geral. A segunda decisão é a de considerar a frase, cuja descrição semântica recorre à enunciação, como um elemento da língua, no sentido metodológico, como uma entidade criada para explicar, não como um dado observável. Como admite o autor,

a fala tem, entre suas funções, a de se por ela mesma em cena, de produzir, no momento em que se realiza, uma representação de sua própria realização (Ducrot, 1997).

A articulação *língua/fala* é novamente abordada, por outro ângulo, em um livro de autoria de Ducrot et al, publicado em 1980, chamado *Les mots du discours*. Nele, Ducrot tem como objetivo responder às seguintes perguntas que introduzem o primeiro capítulo, o qual apresenta a teoria de base para todos os estudos contidos no livro: a linguística pode ser útil à análise de textos? A análise de textos pode ser útil à linguística? Os estudos que fazem parte do livro respondem positivamente às duas perguntas. Assumem, também, que as essas duas respostas estão ligadas uma à outra, isto é, *a linguística que pode servir à análise de textos é, e é somente, uma linguística que se serve da análise de textos*. Para corroborar suas afirmações, Ducrot se vale do princípio de que a atribuição de um valor semântico¹² a uma frase (que é uma das tarefas do

¹⁰Entendemos aqui enunciação como um acontecimento único, singular, constituído pelo emprego de uma entidade linguística (palavra ou frase) em um tempo e em um lugar determinados de acordo com a ANL.

¹¹ Para a ANL frase é uma entidade teórica, construída pelo linguista.

¹² Para a ANL, o valor semântico é a atribuição a cada frase uma significação tal que se possa, a partir desta significação, prever o sentido que terá seu enunciado em tal ou tal situação de emprego.

linguista) não tem relação com a observação, mas com a explicação. A partir do valor semântico da palavra ou frase deve-se chegar ao sentido do enunciado em determinada situação de uso. Portanto, o linguista é levado a tomar a análise de textos (orais ou escritos, autênticos ou imaginários, mas contextualizados) como instrumento necessário.

A semântica proposta por Ducrot (1980) afirma que seu modo de fazer uso dos textos lhe dá vocação para servir à compreensão desses mesmos textos. Supondo-se determinada significação¹³ para uma frase, torna-se possível aplicar essa hipótese a novos enunciados, a novos usos, em novos contextos. Isso nos faz imaginar, para certos enunciados, sentidos novos, dedutíveis de significações postuladas para as frases que eles manifestam. *A linguística enriquece, então, a análise de textos, sugerindo leituras que não apareciam à primeira vista* (1980, p.10).

A terminologia adotada na ANL, a qual foi definida, por Ducrot, parte de duas distinções relevantes. A primeira diz respeito ao que ele chama de material linguístico, isto é, *uma sequência de palavras dispostas segundo uma ordem bem definida e relacionadas de acordo com as regras da língua* (1984, p.368). Esse material linguístico seria um tipo de entidade abstrata, idêntica através de seus usos. A segunda distinção, que diz respeito à enunciação, trata dos diferentes usos ou realizações dessa mesma sequência de palavras, pois cada uma delas ocupa um lugar determinado, no espaço e no tempo e é por isso que se diferencia de todas as outras. Dessas duas distinções importantes é que resultaram os conceitos de *frase, enunciado, texto e discurso* utilizados na proposta ducrotiana que estudaremos a seguir.

A ANL entende por *frase* o material linguístico de que o locutor se utilizou, uma entidade linguística abstrata, construto teórico, uma sucessão de símbolos não necessariamente presentes no enunciado, fora de qualquer situação de discurso. O *enunciado* é a ocorrência particular da frase, objeto concreto, ou seja, aquilo que foi realmente pronunciado ou escrito. Pode-se dizer, então que uma mesma *frase* dá lugar a vários

¹³ A significação na ANL é o valor semântico da frase, é teórico.

enunciados, mas nunca podemos afirmar que uma pessoa repetiu o mesmo *enunciado* inúmeras vezes. O linguista define *texto*, como uma sequência de *frases*, o qual pertence ao domínio das entidades abstratas, ao passo que o *discurso*, na ANL, se refere a uma sequência de enunciados ligados entre si, constituindo, assim, a atualização de um *texto*.

Podemos verificar com base nessas definições que Ducrot amplia e modifica os conceitos saussurianos de *língua* e *fala*. Para Ducrot a *língua* de Saussure corresponde à *frase* na ANL e a *fala* saussuriana, ao *enunciado* na perspectiva argumentativa.

Em relação ao valor semântico da *frase* e do *enunciado*, Ducrot faz uma distinção. O valor semântico da frase é a *significação*, e o do enunciado, o *sentido*, que é produzido em uma determinada situação de uso. A *significação* e o *sentido* possuem primeiramente uma diferença de natureza. A *significação* é aberta e não está no sentido como parte integrante do mesmo; é formada de *instruções que dizem o que é necessário fazer quando se tem de interpretar enunciados, especifica principalmente o tipo de indícios que é necessário procurar no contexto* (DUCROT,1989,p.14). Nas instruções encontram-se as variáveis argumentativas, que dizem ao intérprete do enunciado que ele deve atribuir ao locutor uma estratégia argumentativa determinada. É com essa noção de instrução que se chega, semanticamente, à articulação de *frase/enunciado* advinda dos conceitos de *língua/fala* de Saussure.

Vemos, então, que está inscrito na *frase* que ela deve referir-se a algo determinado, mas é apenas a situação de enunciação que permite, na maioria das vezes, determinar realmente aquilo a que se faz referência. Portanto, de acordo com a ANL, a referência não pode ser realizada pela *frase*, somente pelo *enunciado*. Diferentes *enunciados* da mesma *frase* podem remeter a coisas distintas. É oportuno ressaltar novamente que a *frase* fornece somente as instruções que permitem descobrir, em determinada situação de enunciação, aquilo a que se referem seus *enunciados*, ou seja, o sentido propriamente dito.

Pode-se considerar, então, que a ANL é uma teoria enunciativa ao identificar um locutor produtor de discurso para um interlocutor, e é nessa relação locutor/interlocutor, que o locutor argumenta, expõe seu ponto de vista, em relação ao que está sendo dito. O locutor e o interlocutor são seres pertencentes ao discurso, abstratos e não seres reais. Ducrot defende a idéia de que a argumentação é produzida pelo linguístico, enquanto o indivíduo real pertence ao mundo extralinguístico, do qual o linguista não se ocupa.

Segundo Ducrot, o sentido do encadeamento¹⁴ é a descrição da enunciação. Pela ANL, a enunciação não é o ato de produzir um enunciado, mas é o aparecimento de um enunciado, produzido por um locutor, designado por um *eu*, um ser discursivo, responsável pelo enunciado, para um alocutário, designado por uma segunda pessoa, o *tu*, também um ser discursivo.

Convém destacar que essa conceituação de enunciação não é a mesma para Benveniste, pois os objetos de estudo são diferentes. Benveniste estudou o processo de construção do enunciado, o ato em si, enquanto Ducrot se dedica ao produto da enunciação – o enunciado, cujo sentido representa sua enunciação.

Após termos apresentado, nesta seção, alguns dos importantes conceitos que caracterizam a teoria ducrotiana, podemos visualizar o desenvolvimento da teoria e verificar a importância do estruturalismo saussuriano e do conceito de enunciação para a formação de sua fundamentação teórica.

O embasamento na concepção de *língua/fala* de Saussure, mesmo modificado e ampliado em certos aspectos, serviu para apoiar o conceito de *enunciado* como a realização de uma *frase* e como fenômeno observável, empírico, em dada situação particular, assim como a noção de relação saussuriana corroborou a ideia de que os termos de um sistema, para construírem sentido, devem ser entendidos em relação num mesmo

¹⁴ Para a ANL, o encadeamento é a sequência de duas proposições ligadas por um conector. Os conectores podem ser do tipo geral de *donc* ou do tipo de *pourtant*.

domínio, sem obrigatoriamente alusão referencial ao mundo extralinguístico. Como também a concepção de que as palavras não podem ser vistas isoladamente, mas na relação umas com as outras no enunciado, já que o sentido não existe em si, mas sim a partir de relações estabelecidas entre elas. A relevância do conceito de enunciação está na sua inclusão no estudo do enunciado, compreendido como uma das várias possibilidades de realização de uma frase, já que a situação de discurso que está em jogo não é exterior ao enunciado, ela é interna e faz parte do seu sentido.

Outro conceito retirado do estruturalismo de Saussure que serviu de base para os fundamentos da ANL é a noção de relação, que é de suma importância para o nosso estudo.

Para o princípio saussuriano de relação, a *língua* é um sistema de valores, em que cada elemento se define em relação com outros elementos. Assim, o valor de um termo consiste em ser tudo aquilo que os demais elementos do seu sistema não são. Para Saussure toda palavra de uma língua só existe em relação com as outras palavras dessa língua, isto é, uma palavra não existe a não ser em relação às outras palavras da mesma língua. O valor de uma palavra, isto é, a sua realidade linguística, é o que a opõe às outras.

As relações e as diferenças entre os termos linguísticos se desenvolvem em dois eixos distintos, onde cada um deles é gerador de uma certa ordem de valores e é pela oposição entre essas duas ordens que se compreende suas naturezas.

A linearidade dos signos da língua exclui a possibilidade de se pronunciar dois termos ao mesmo tempo, pois cada elemento ocupa uma determinada posição e se alinha um após o outro na cadeia da fala criando dependência entre eles. A dependência que existe entre dois elementos sequenciais de uma mesma cadeia é denominada *relação* (dependência, função) *sintagmática* (de sintagma: conjugado de duas unidades consecutivas em que o valor de cada uma se define em relação ao valor da outra). O princípio da linearidade do signo possibilita a

apreensão de contrastes, o que resulta em uma cadeia sintagmática constituída pela combinação de elementos que contrastam entre si.

Por outro lado, fora do discurso, as palavras que oferecem algo em comum se associam na memória em classes e assim formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas. Cada uma dessas classes forma um paradigma: *conjunto completo de palavras que pertencem à mesma classe gramatical* (R.L.TRASKA, 2004, p.222). A seleção de determinado membro de uma classe, exclui, automaticamente, todos os demais membros do mesmo paradigma que poderiam aparecer no mesmo ponto da cadeia de fala.

Pela ótica estruturalista, essas seleções têm sua base no cérebro e fazem parte do tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo. As relações paradigmáticas se baseiam na similaridade (semelhança de comportamento linguístico) entre os componentes de uma classe. Essa similaridade mobiliza substituições de elementos equivalentes, ao longo de um eixo virtual de escolhas. O elemento selecionado paradigmaticamente é, em seguida, transportado para o eixo horizontal (eixo sintagmático) do discurso, onde vai se combinar com os outros elementos que ali estão colocados, formando a sintagmaticidade da fala como um *discurso sem fim*.

Vemos, então, que a relação sintagmática, eixo das combinações existe *in praesentia*, ou seja, repousa sobre elementos efetivamente presentes na cadeia falada e a relação paradigmática, eixo das associações, une termos *in absentia*, isto é, sem a presença efetiva na cadeia falada.

Essas duas ordens de relações (sintagmáticas e paradigmáticas), ou melhor, esse *duplo caráter de valor* é que fundamenta a noção de *sistema*, portanto qualquer que seja a ordem de relações em que uma palavra funciona, ela é sempre parte de um sistema e, como tal, solidária a outras palavras para a perspectiva saussuriana.

Ao abordar a ideia de uma semântica sintagmática, Ducrot explica que até os idos dos anos 1950, quando um linguista se dispunha a fazer a

descrição semântica de uma língua particular, ele se dedicava à semântica e ao estudo do léxico. Assim, semanticista era aquele que tentava definir o sentido das palavras. No entanto, apesar dos desenvolvimentos da linguística levarem a algumas modificações nas definições feitas, elas eram ainda relativamente superficiais. Isso acarretava uma crescente desconfiança em relação à noção de palavra, fazendo com que se tomasse por objeto unidades linguisticamente menos discutíveis, os signos mínimos. Por outro lado, como discorre Ducrot (1987), à medida que se pedia ao gramático fixar o valor de certos morfemas particulares, os chamados gramaticais (preposições, conjunções, marcas de tempo), a semântica propriamente dita ficava limitada ao estudo dos radicais. Tornava-se então, cada vez mais claro que um elemento linguístico não devia ser estudado isoladamente, mas somente em relação com os outros: a semântica se direcionava, portanto, para o estudo das oposições entre as palavras vizinhas, tais como elas se manifestavam no interior dos campos semânticos, a fim de que aparecesse o recorte particular de cada língua no interior desses campos. Mas, essas diversas modificações conservavam ainda o caráter essencialmente paradigmático reconhecido à semântica, pois descrever um termo era sempre atribuir-lhe uma certa significação, abstraindo-se do seu emprego no discurso. Para que se descobrisse essa significação, o método empregado era de examinar certos enunciados de que ele fazia parte. Contudo, a significação, quando encontrada, deveria poder ser formulada sem referência ao emprego do termo, ao seu papel na frase.

Duas décadas mais tarde, essa maneira de estudar a semântica deu lugar a uma concepção sintagmática da descrição semântica das línguas. Essa nova perspectiva está fundamentada na observação de que uma descrição da palavra em si mesma dificilmente permitirá compreender a contribuição que ela dá ao valor semântico global dos enunciados dos quais ela faz parte. Não é tarefa fácil reconstruir o sentido da frase a partir da significação das palavras, se ela é considerada como um todo em si que não faz referência à sua introdução possível em

enunciados. É bastante complicado deduzir o sentido do enunciado a partir do sentido das palavras, se este já não é descrito em relação à função da palavra no enunciado, e que uma semântica paradigmática não pode em nenhum caso dispensar uma semântica sintagmática. Trazendo à tona a tendência atual, que é construir em conjunto a semântica sintagmática, para essa nova abordagem, a descrição de uma palavra não é fazer a correspondência dessa palavra a uma certa noção, é antes fazer a indicação de uma regra que permita prever, ou mesmo, calcular, o efeito dessa palavra nos discursos em que é empregada.

Na ANL, Ducrot parte da hipótese de que a palavra, entendida como uma entidade linguística abstrata, só colabora no sentido do enunciado de uma maneira indireta: ela começa por se combinar com outras palavras para constituir a significação da frase, e é esta que, visto a situação de discurso, produz o sentido do enunciado. Logo, para fundar a caracterização semântica da palavra, para justificar a atribuição dessa ou daquela significação, é preciso mostrar primeiro que esta significação, cooperando com aquela atribuída às outras palavras de uma frase, permite prever a significação da mesma, que ela própria não tem outra função a não ser explicar, levando em consideração as situações particulares de emprego, o sentido do enunciado.

2.2 A ANL e a sua concepção de linguagem

A ANL postula que o sentido é argumentativo. Em razão disso, ela rejeita a conceituação tradicional de sentido. Essa proposta tradicional de sentido é encontrada nos estudos de vários linguistas, dentre eles está o do alemão Karl Bühler. O linguista entende que, para se compreender o sentido na linguagem, é necessário distinguir três funções principais na língua:

- a) objetiva: representar a língua;
- b) subjetiva: expressar atitudes do locutor;

c) intersubjetiva: relacionar o locutor com o interlocutor.

Para esclarecer, consideremos o seguinte exemplo:

(12) Pedro é inteligente.

Há, nesse enunciado, os aspectos objetivo (descrição de Pedro), subjetivo (admiração do locutor por Pedro) e intersubjetivo (o locutor pede ao interlocutor que confie em Pedro ou não).

Denomina-se *denotação* o aspecto objetivo e *conotação* os aspectos subjetivo e intersubjetivo. Para Ducrot, a linguagem ordinária não tem parte objetiva, não descreve a realidade. Se há essa descrição, ela é feita pelos aspectos subjetivo e intersubjetivo, tornando-se o tema de um debate entre o locutor e o interlocutor. No exemplo acima, a descrição da realidade se faz pela atitude do locutor e pela relação entre o locutor e o interlocutor.

A unificação dos aspectos subjetivo e intersubjetivo leva ao valor argumentativo do enunciado, a orientação que essa palavra traz ao discurso. O emprego de uma palavra torna possível ou impossível uma certa continuação, e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação que seu emprego determina. O valor argumentativo é o nível fundamental da descrição semântica. Portanto, essa é a concepção de linguagem que fundamenta a ANL.

O exemplo *Pedro é inteligente* pode continuar com *poderá resolver esse problema*, e não com *não poderá resolver esse problema*. Assim, o valor argumentativo de uma palavra é o papel que ela pode desempenhar no discurso. O sentido produzido por um locutor para seu alocutário, estreitamente veiculado ao aspecto enunciativo da linguagem, é o resultado de escolhas singulares feitas pelo locutor ao mobilizar sua língua. Essas escolhas linguísticas inter-relacionadas constroem sentido.

Logo, é o sentido do linguístico, criado pelo locutor, que deve ser resgatado pelo alocutário.

Para Ducrot, então, a linguagem serve para falar do mundo, mas sem descrevê-lo objetivamente. As coisas do mundo só aparecem para auxiliar o locutor na expressão de sua subjetividade e de suas argumentações.

Como afirma o autor:

A ANL está guiada pelo nosso compromisso estruturalista de não descrever a língua como meio de dar informações sobre o mundo, mas como um meio de construir discursos (DUCROT, 1994).

De posse dessas considerações, podemos ver que Ducrot se posiciona contra as teorias que entendem a língua como representação do mundo. Apesar de não negar que a língua tem a capacidade de descrever o mundo extralinguístico, Ducrot afirma que é a partir da língua que ela descreve o mundo e não ao contrário.

Em artigo publicado no Brasil em 1997, Ducrot retoma e ressignifica a relação língua e mundo extralinguístico ao responder à questão da separação entre semântica e pragmática.

Ducrot conceitua a pragmática de duas maneiras. Na primeira, que ele denomina de pragmática contextual, o sentido do discurso não é previsível a partir da estrutura linguística somente pela situação (contexto) do discurso, como, por exemplo, no enunciado *O carro está na rua*, ou na definição de atos de fala como *Você vai a Paris amanhã*. Aqui a busca do contexto é realmente indispensável para a especificação do sentido. Apesar de a estrutura linguística não fornecer o sentido, ela indica o que e como procurar no contexto.

A segunda conceituação de pragmática diz respeito ao ato de enunciação realizado pelo locutor, que engloba sua atitude, o momento da fala, a relação entre o locutor e o interlocutor. Isso se verifica, por exemplo, no enunciado exclamativo, em que a enunciação é vista como efeito de uma experiência pessoal do locutor. Assim, na enunciação há a

descrição de coisas, que são caracterizadas pelo efeito que o locutor lhes atribui.

Dessa forma, nessas duas concepções, a pragmática é inseparável da linguística, afirma Ducrot. A primeira mostra *que o pragmático é o que as circunstâncias da enunciação acrescentam à significação estrita das palavras, mas que esse acréscimo está inscrito em filigrana na própria estrutura linguística* (DUCROT, 1997, p.13). E é ela que leva a uma busca contextual por meio de instruções ou diretivas. O segundo sentido mostra *que as palavras da língua contêm como parte integrante de sua significação dispositivos que permitem representar (...) o discurso [o enunciado] que as utiliza* (DUCROT, 1997, p.14).

O linguista reforça a idéia de que não se pode ignorar a enunciação, pois é a partir das palavras que a enunciação e seu contexto devem ser qualificadas. Na escolha das palavras forma-se uma imagem da fala, e essa imagem é essencial para a compreensão do discurso. Assim, é o discurso que constrói o contexto. Consequentemente, o contexto não preexiste ao discurso; o que preexiste é uma situação sem limites e sem estruturas, que é definida pelas palavras, e os pontos de vista tornam essa situação utilizável para a interpretação. Dito isso, vê-se que a semântica e a pragmática não são passíveis de separação, pois o estudo do contexto e da representação do enunciado se integram ao sentido do enunciado.

Depreende-se, então, que a semântica na ANL é entendida como a apreensão do sentido produzido no linguístico e a pragmática, como o sentido que se busca na exterioridade. É dessa forma, juntas, mas em que uma (a pragmática) é subordinada à outra (a semântica), que ambas constroem o sentido no discurso.

Outro ponto bastante relevante para a concepção de linguagem da ANL é a questão da autonomia linguística. Em uma entrevista a Marcelo Sztrum, publicada em Buenos Aires em agosto de 1984, Ducrot aborda essa questão. Ele explica que, para aplicações do estruturalismo, torna-se necessário escolher algumas relações que unem um objeto a outro no

mesmo domínio. Portanto, quando se isola um conjunto de fenômenos para estudá-los do ponto de vista estruturalista, postula-se que suas relações internas podem ser deduzidas umas das outras. Disso decorre a suposição de que é possível atribuir ao domínio escolhido uma certa independência, sem necessidade de relacioná-lo a outro campo de experiência. Um estudo estruturalista em linguística suporá assim o “primado da língua”, uma certa autonomia, pelo menos parcial, de seus fenômenos.

Assim, perguntado sobre sua relação com o pensamento de sociolinguistas como Hymes, que considera a linguística como uma sociolingüística, como uma disciplina que aceita a constituição social do objeto, Ducrot afirma que sua posição não é a de Hymes e que, a seu modo de ver, a descrição semântica de um enunciado é autônoma, não leva em consideração a intervenção da situação social empírica dos interlocutores. O que interessa a ele (e é assim que ele recorta seu objeto de análise) é o que, no sentido do enunciado, se diz sobre essa situação, o modo como essa situação é construída pelo enunciado.

No entanto, afirma o linguista, a semântica não parece ser inteiramente autônoma por duas razões diferentes: primeiramente, porque, para buscar o sentido preciso de um enunciado, é necessário saber sobre a situação social dos participantes. Em segundo lugar, não é autônoma se ela explica que um sujeito empírico¹⁵ produziu um enunciado com determinado sentido pela relação entre os indivíduos. Ducrot não nega que se fala de diferentes maneiras em diferentes situações, de acordo com os interlocutores, como propõe a sociolinguística, mas diz que esse não é assunto seu. Não se discute que um enunciado é condicionado por fatores psicológicos e sociológicos, mas isso não está em sua área de interesse como linguista, assim como não se constituem como seu objeto de investigação as marcas desse condicionamento no enunciado. Interessa-lhe, não a organização social como tal, mas a construção dessa organização no que se diz, no próprio sentido do enunciado. É o sentido

¹⁵ Para a ANL, sujeito empírico é o produtor efetivo do enunciado.

do enunciado enquanto expressão que é objeto de estudo da semântica linguística. Haveria, então, uma certa autonomia da ordem linguística, quer dizer, da ordem construída no enunciado. Dito isso, passemos aos conceitos fundamentais da teoria na próxima seção.

2.3 A ANL e os conceitos fundamentais

Nesta seção abordaremos os conceitos fundamentais da Teoria da Argumentação na Língua e também os aspectos mais importantes das duas primeiras fases da teoria: a forma *standard* (1983) e a segunda forma (1990). A terceira e atual fase da teoria que servirá de base para as nossas análises, será abordada na seção seguinte.

A Semântica Argumentativa é uma teoria estruturalista e enunciativa fundada por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, que vem sendo desenvolvida há mais de vinte anos na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e que atualmente conta com a colaboração de Marion Carel. A sua primeira fase, também conhecida como *forma standard*, é o resultado dos trabalhos de Ducrot e Anscombre. A *segunda forma* compreende as teorias da Polifonia e dos *Topoi*. A terceira e mais recente forma da teoria é chamada de *Teoria dos Blocos Semânticos* e conta também com as pesquisas de Marion Carel.

Na forma *standard* (1983), Ducrot opõe-se à concepção tradicional de argumentação para explicar o que ele entende por argumentação. Segundo essa concepção tradicional, o discurso contém argumentação se três condições são satisfeitas: a primeira é que o discurso deve conter dois segmentos, um argumento A e uma conclusão C; a segunda é que A deve indicar um fato F, de forma que o primeiro pode ser julgado verdadeiro ou falso, independentemente de C; a terceira condição é que a conclusão pode ser inferida a partir do fato F, ou seja, há uma relação de implicação entre o fato e a conclusão. Nessa concepção, contesta Ducrot,

a língua não tem papel essencial, pois o movimento argumentativo é explicado por princípios lógicos, psicológicos, sociológicos de maneira independente da língua. Para o linguista, as palavras não têm sentido completo antes das conclusões que tiramos delas. Assim, um argumento A não pode ser julgado independentemente de sua conclusão C.

Ducrot afirma que as possibilidades argumentativas não estão determinadas somente pelos fatos, mas também pela própria forma linguística, é ela que impõe certas argumentações e não outras. Portanto, dois enunciados de uma mesma frase não apontam para a mesma argumentação, como é o caso de

(13) Pedro estudou pouco.

(14) Pedro estudou um pouco.

Nos dois enunciados, trata-se do mesmo fato, isto é, a pouca dedicação de Pedro aos estudos, mas as intenções argumentativas são diferentes, pois os dois enunciados não servem para justificar a mesma conclusão. Assim, a partir do exemplo (13), pode-se concluir que *Pedro vai ser reprovado*. Já em (14) infere-se que *Pedro provavelmente será aprovado*.

Chega-se, então, à constatação de que a argumentação está na língua, nas frases. As próprias frases são argumentativas; assim, a argumentação é intrínseca à língua.

A segunda forma (1990) da ANL é uma espécie de reformulação dessa forma *standard*. Nela, há duas novas noções: a noção de *topos* e a noção de polifonia, que são fundamentais para a análise argumentativa dos enunciados. A argumentação, pela polifonia, é descrita ao nível dos *enunciadores* apresentados no enunciado, e não mais ao nível dos enunciados.

Nessa fase da ANL, a noção de relação está nas relações sintagmáticas derivadas dos encadeamentos discursivos, em especial nos argumentativos. Esse tipo de encadeamento é constituído de duas frases

simples, em que há um argumento (A) e uma conclusão (C), que formam uma frase complexa: o enunciado. Entre A e C existe uma relação de causa e consequência, articulada por um conector explícito ou implícito. Essa relação pode ser expressa por A portanto C, em que A e C estão conectados por um princípio argumentativo, denominado *topos*.

De acordo com essa nova forma, o ponto de vista do locutor só é argumentativo se obedece a duas condições: a primeira é que o enunciador deve justificar determinada conclusão, e a segunda é que o trajeto percorrido pelo enunciador para chegar até a conclusão se faz mediante o *topos*.

Quando se argumenta é necessário um elo intermediário entre o argumento e a conclusão. O *topos* é uma espécie de garantia dessa passagem do argumento para a conclusão. Dessa forma, a interpretação de um enunciado argumentativo se dá por meio da evocação do *topos* utilizado pelo locutor. A própria frase contém em sua significação uma instrução que consiste em pedir que o interpretante busque o *topos* no qual se fundamenta a argumentação.

Essa noção de encadeamento argumentativo, formada por dois segmentos independentes (argumento e conclusão) articulados por um conector, onde o sentido é construído na passagem do argumento para a conclusão pela idéia de *topos*, é revisada por Marion Carel na TBS.

Portanto, na TBS o *topos* será suprimido da teoria porque, como é um elemento que garante a passagem do argumento à conclusão, levaria à pressuposição de que o argumento tem sentido completo, fato que é rechaçado pela ANL. Outra questão que leva à supressão do *topos* é a sua vinculação com os fatores extralinguísticos, o que vai contra as bases estruturalistas da ANL de estudar a língua por ela mesma, sem referência ao mundo.

A outra noção introduzida na segunda forma da teoria é a da polifonia. O termo polifonia indica um tipo de composição musical em que diferentes partituras, ou diferentes vozes se superpõem. Esse termo foi empregado por Mikhail Bakhtin para caracterizar duas formas de

literatura: a dogmática, na qual se expressa uma única voz, a do autor, e a polifônica, em que várias personagens se apresentam por si mesmas e não são julgadas pelo autor. Ducrot (1990) propõe adaptar essa noção de polifonia à análise linguística dos enunciados. A proposta tem o objetivo de mostrar que o autor de um enunciado nunca se expressa diretamente, mas põe em cena certo número de personagens. O sentido do enunciado é polifônico, ou seja, nasce da confrontação desses diferentes sujeitos, dessas vozes que ali aparecem.

Com essa noção de polifonia, Ducrot questiona a concepção que predominou nos estudos da linguagem: a da unicidade do sujeito falante. De acordo com as teorias tradicionais, em cada enunciado há somente uma pessoa que fala. A proposta da ANL é de que, em um mesmo enunciado, há vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes. A ideia da presença de vários sujeitos falantes remete a funções muito diferentes: a de *sujeito empírico*, produtor efetivo do enunciado; a de *locutor*, responsável pela produção do enunciado; e a de *enunciador*, definido como pontos de vista abstratos que o locutor, ao se enunciar, traz para o seu discurso. Assim, a argumentação é descrita por meio da relação do locutor com os enunciadores que se apresentam no enunciado.

O locutor pode assumir diferentes posições em sua relação com os enunciadores. Pode se identificar com um enunciador, quando tem por objetivo impor um ponto de vista, como no caso da asserção. Pode aprovar, quando o locutor indica que está de acordo com um enunciador, mesmo se seu enunciado não tem como objetivo admitir esse ponto de vista. É o que ocorre, por exemplo, na pressuposição, em que o locutor aprova o ponto de vista do pressuposto, mas se identifica com o enunciador do posto. Há também a oposição do locutor ao enunciador, como nas situações de humor, em que o locutor rechaça o ponto de vista absurdo, sem apresentar outro ponto de vista corrigindo o primeiro. Assim, a argumentação passa a ser descrita por meio de enunciadores que argumentam. O enunciado torna-se, desse modo, um diálogo cristalizado.

Um exemplo de polifonia seria a negação. Ducrot afirma que na negação há pelo menos dois enunciadores: um primeiro enunciador que expressa um ponto de vista afirmativo, e um segundo enunciador que apresenta a recusa desse ponto de vista. Essa idéia fica clara no exemplo a seguir:

(15) Pedro não veio.

Há dois enunciadores nesse exemplo: um que aponta para a vinda, ou a possibilidade da vinda de Pedro, e outro que aponta para a sua não-vinda. Vemos, então, que todo enunciado negativo traz com ele um enunciador positivo e uma afirmação.

Em outro exemplo, temos:

(16) Pedro deixou de fumar.

Esse enunciado possui duas indicações: um pressuposto dizendo que Pedro fumava antes, e um afirmando que Pedro não fuma agora. Na análise polifônica, esse exemplo apresenta dois enunciadores, E1 e E2, sendo que E1 apresenta a idéia segundo a qual Pedro fumava antes, e E2 apresenta um ponto de vista segundo o qual Pedro não fuma atualmente. Em (16), o locutor aprova E1 e se identifica com E2.

Em resumo, o aspecto mais importante da ANL é o de que a língua, como um conjunto de frases semanticamente descrito, determina as possibilidades argumentativas realizadas no discurso. Assim, a frase impõe não só os pontos de vista, mas também seu valor argumentativo, o qual consiste em convocar *topoi* graduais com duas formas tópicas equivalentes e recíprocas. A utilização de uma língua pressupõe que a coletividade possui *topoi*, mas não o determina, apenas impõe a sua existência.

Essas noções de enunciado e *topoi* passam por reformulações na terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua que será apresentada na próxima seção.

2.4 A Teoria dos Blocos Semânticos

A terceira fase da Teoria da Argumentação na Língua, denominada Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), conta também com os ensinamentos de Marion Carel.

Como foi visto nos parágrafos anteriores Ducrot, fundamentado na noção de relação, define a língua como um conjunto de frases, cujo sentido resulta da combinação com outras frases, formando, assim, o que ele chama de encadeamento argumentativo. Dessa forma ao tomarmos como estudo o conjunto dos enunciados de uma língua, cada um deles define-se, do ponto de vista semântico, a partir das suas relações com os outros enunciados em discursos reais.

Na TBS, Marion Carel (1992) introduz outro tipo de relações – as paradigmáticas – associadas às sintagmáticas, por meio dos blocos semânticos. Ela estabelece duas hipóteses: na primeira, o sentido de uma palavra em um segmento do encadeamento deriva da sua conexão com o segundo segmento. É o eixo sintagmático que dá o sentido da palavra. Na segunda hipótese, o sentido de uma palavra em um encadeamento é o conjunto das palavras que podem ser colocadas nesse encadeamento no lugar dela, sem alterar a argumentação. Neste caso, o sentido advém da associação do eixo paradigmático ao eixo sintagmático.

Ducrot justifica a escolha dessa relação argumentativa como foco de estudos nessa terceira fase da ANL por duas razões. A primeira é que essa relação é intrinsecamente ligada ao discurso, sem basear-se nas inferências que o discurso mostra. A segunda, por sua vez, é que a

argumentação é fundamental nas relações discursivas, permitindo a unificação da descrição linguística.

No artigo publicado na revista *Letras de Hoje*, 1997, v.32, n.1, intitulado *A Argumentação no Discurso: argumentar não é justificar*, Carel se propõe a combater duas teses. A primeira é a de que a argumentação no discurso é vista como um processo de *demonstração*, em que se busca estabelecer a verdade de dada proposição. A segunda tese diz que a marca linguística dessa argumentação seria o emprego da palavra *donc* (portanto). A *demonstração*, no campo da lógica ou da matemática, é vista como uma cadeia de enunciados que podem ser interpretados isoladamente. Assim, em uma sequência, premissas ou argumentos devem ser admitidos independentemente da conclusão, desde que ela seja *validada* pelos argumentos que a precedem, isto é, justificada por eles. Os elementos que unem tais premissas e conclusões são as palavras do tipo geral de *donc* (DC).

A partir disso, Carel (1997) argumenta que esse modelo de *demonstração*, por pressupor a verificação isolada de partes do enunciado, não descreve o que se passa no discurso, pois se pode *demonstrar* que há interdependência semântica entre os segmentos. A autora argumenta, também, que o emprego de *donc*, em linguagem natural, difere não qualitativamente, mas estruturalmente do seu emprego matemático.

Na TBS, a argumentação não está na descrição dos fatos, isto é, na função descritiva da língua. Além disso, argumentar não é justificar o conteúdo de uma conclusão, pois, segundo essa teoria

a dicotomia argumento/conclusão não é semanticamente pertinente. É o encadeamento argumentativo que é a unidade de sentido e argumentar consiste em ser coerente com regras que, através da sua lexicalização, aparecem em lugares-comuns (CAREL, 1997, p.24).

Dentre as abordagens factuais da argumentação, a abordagem lógica assimila o encadeamento A DC C a um raciocínio sobre os estados do mundo. Assim, os fatos e uma espécie de lei geral que os liga em uma relação de causa e efeito bastam para descrever A DC C.

Por exemplo:

(17) Faz bom tempo: João deve estar contente.

O argumento *faz bom tempo* descreveria o tempo, e a conclusão *João deve estar contente* descreveria um fato.

(18) Faz bom tempo e João deve estar contente.

Seguindo a abordagem logicista, em (18) temos a expressão de um estado de coisas do mundo, sem existir um raciocínio, pois os fatos são descritos separadamente. Em (17) há um raciocínio que une os fatos; sendo assim, o segundo fato é verdadeiro a partir da verdade do primeiro. Além disso, há também a apelação para uma lei geral do mundo que admite que 'ter bom tempo é agradável'.

No entanto, para Carel, essa abordagem logicista, ou seja, pelo mundo dos fatos, não se sustenta, pois não explica vários fenômenos da linguagem, como a oposição argumentativa entre *pouco* e *um pouco*. Suponhamos que Pedro esteja doente e um amigo pergunte a sua mulher como ele está de saúde. Considerando-se a lei geral de que apetite é sinal de boa saúde, ela poderá responder:

(19) Ele comeu pouco: assim não melhora (estou preocupada).

(20) Ele comeu um pouco: deve melhorar (estou contente).

Em termos factuais, os argumentos designam o mesmo fato: pouca quantidade de comida. Assim, a oposição argumentativa entre os dois enunciados não pode ser explicada por uma diferença entre os fatos descritos, nem pela lei geral aplicada.

Essa conclusão pode ser explicada pela teoria da pressuposição, que aceita o aspecto descritivo da linguagem e também concede à língua a capacidade de apresentar os fatos de diferentes modos, a partir da idéia de posto e pressuposto. Portanto, para essa teoria da pressuposição são os fatos postos que dirigem o raciocínio.

Dessa maneira, o enunciado (19) pressupõe que Pedro comeu uma certa quantidade de alimentos e põe que a quantidade de alimentos comida por Pedro foi pouca. O enunciado (20) pressupõe que a quantidade de alimentos ingerida por Pedro foi insuficiente e põe que Pedro comeu uma certa quantidade de alimentos. Para essa teoria da pressuposição, então, o raciocínio argumentativo é conduzido somente pelos fatos que a língua descreve.

Em outro exemplo:

(21) Pedro parou de fumar: ele vai economizar.

Para podermos concluir que *Pedro vai economizar dinheiro*, é preciso compreender que *antes ele gastava dinheiro comprando cigarro* e isso vai ser assinalado pelo pressuposto. Esse exemplo (CAREL, 1997) demonstra que, apesar de ser indispensável ao raciocínio, o pressuposto fica, de certa forma, em segundo plano, servindo de moldura para o posto. Assim, (21) é parafraseável por:

Dado que Pedro fuma, o fato de que atualmente ele não fuma vai fazer-lhe economizar dinheiro.

E não por:

Dado que Pedro não fuma, o fato de que ele tinha fumado antes vai fazer com que ele economize dinheiro.

A partir disso, compreende-se a oposição argumentativa em (20) *Pedro comeu um pouco*. Dessa maneira, o posto *Pedro comeu* permite raciocínios que estão baseados na existência de certa quantidade de alimentos ingeridos por Pedro. Em (19) *Pedro comeu pouco*, tendo em

vista o posto, *a quantidade de alimentos ingerida por Pedro é insuficiente*, os raciocínios que serão introduzidos se fundamentarão na *insuficiência* dessa quantidade.

Assim, do ponto de vista informativo, os primeiros segmentos de (19) e (20) descrevem o mesmo fato, porém, sob o ponto de vista argumentativo, não descrevem o mesmo fato. Por isso, podem conduzir a conclusões contrárias. Então, a argumentação está na língua.

De acordo com a abordagem pressuposicional, há um raciocínio sobre os fatos. As leis gerais do tipo 'apetite é sinal de boa saúde' ou 'tempo bom é agradável' são leis do mundo, expressões de um fenômeno real de causalidade. Um encadeamento como *faz tempo bom: João deve estar contente* tem como função linguística descrever dois acontecimentos (o tempo e os sentimentos de João) e mostrar a presença de um raciocínio entre eles. O fato de que tempo bom é agradável só intervém para tornar válido o raciocínio. Desse modo, a lei geral depende da noção de validade; ela não é linguisticamente expressa, é secundária.

A oposição a essas noções e à alusão à exterioridade na linguagem fazem com que Carel abandone a abordagem pressuposicional e se contraponha, também, à afirmação feita por Ducrot e Anscombe(1990), na segunda fase da ANL, de que o argumento e a conclusão de um encadeamento são interpretados independentemente um do outro. Carel rejeita essa afirmação ao dizer que *é precisamente porque estas duas partes de um encadeamento somente fazem sentido se tomadas em conjunto na argumentação, pois nada precede a argumentação* (CAREL, 1997, p.28). Para ela, a argumentação não se fundamenta sobre nenhuma descrição preliminar; está enraizada no próprio léxico e independe de qualquer outra função da língua. A linguista, então, rejeita a concepção descritiva da língua, pois para ela a argumentação e a descrição estão muito ligadas e não há como distingui-las.

Para ilustrar essas afirmações, Carel (1997) retoma a oposição estabelecida entre os enunciados (19) e (20) e a sua descrição a partir da teoria da pressuposição. Suponhamos que duas pessoas A e B saiam do

quarto de Pedro com a bandeja de seu almoço e façam os seguintes comentários:

A: Pedro comeu uma pequena quantidade de comida.

B: Para mim, eu acho que ele comeu muita coisa.

Nesse caso, não se trata dos fatos, pois B não se opõe a A. O que B contesta não é o que está na bandeja, mas o que aponta para a asserção *uma pequena quantidade*, que leva à conclusão que *Pedro não está melhorando*. Ao argumentar no sentido da saúde de Pedro, B vê *muita coisa* como tendo sido consumida por Pedro, e isso orienta para a conclusão *Pedro vai melhorar*.

Assim, os enunciados A e B, segundo Carel, não descrevem primeiro um acontecimento para, em seguida, a partir desse fato, argumentar para uma certa conclusão. Eles argumentam diretamente, e esses projetos argumentativos são aquilo que A e B dizem do mundo.

Portanto, é a própria significação de *pouco* que se opõe argumentativamente a *um pouco*; e mais, é o próprio sentido de determinado argumento ou conclusão, independentemente daquilo que esse argumento possa efetivamente representar no mundo.

Carel entende que a argumentação do enunciado A DC C

consiste em convocar os princípios, os estereótipos, expressos também em fórmulas como *apetite é sinal de boa saúde* ou *bom tempo é agradável*. Nós não consideramos que estes princípios sejam associações de conceitos independentes e, contrariamente às descrições habituais da argumentação, não lhes atribuímos um papel secundário, o de ligar o que é dito na argumentação e o que é dito na conclusão. Pelo contrário, nós os vemos como representações unitárias e lhes atribuímos um papel principal no sentido de que eles constituem, a nosso ver, o próprio conteúdo dos encadeamentos argumentativos. (CAREL, 1997, p.9)

Para ilustrar a importância dos princípios que orientam a argumentação, vamos observar os seguintes exemplos:

(22) Pedro é rico: ele deve ser feliz.

(23) Pedro reencontrou Maria: ele deve estar feliz.

Esses exemplos não tratam da mesma *felicidade*. No primeiro enunciado, Pedro é feliz como pode ser feliz qualquer pessoa que é rica; no segundo, é a felicidade de amar ou de ser amado que está em questão. Há, pois, influência do argumento sobre o sentido da conclusão. Inversamente, a conclusão influencia também o sentido do argumento.

Podemos verificar esse fenômeno em outros exemplos:

(24) A casa é agradável: vou poder descansar.

(25) A casa é agradável: vou poder trabalhar.

Novamente não se trata do mesmo *agrado*. No primeiro enunciado, o sentido é de *casa agradável para descansar*, e, no segundo, *agradável para trabalhar*.

Assim, nenhum dos segmentos A e C de um encadeamento A DC C pode ser entendido isoladamente, sem o outro segmento. O enunciado exprime uma ideia inteira, indecomponível, que se encontra por trás de fórmulas gerais como *a riqueza torna feliz, tempo bom é agradável*. Elas são a unidade semântica. Cada encadeamento forma um bloco de significado, em que o 1º segmento influencia o sentido do 2º segmento. A esses blocos, cujo sentido é resultante da interdependência entre os segmentos de encadeamentos argumentativos, dá-se o nome de blocos semânticos.

Argumentar, então, consiste somente em convocar blocos lexicais e em pretender ser coerente com eles. Se os encadeamentos em DC podem tomar força persuasiva, é unicamente porque eles exprimem lugares-comuns. Mas, com essa mesma definição de argumentação, os encadeamentos com *pourtant* (no entanto) também são argumentativos. Como no exemplo:

(26) É tarde, PT (*pourtant*) o trem não está aí.

No primeiro caso, *estar aí* significa *ter chegado* e apresenta o trem como não tendo chegado. Portanto, esse enunciado exprime um bloco semântico e é argumentativo.

Carel acrescenta que os blocos semânticos podem ser de dois tipos: normativos, expressos por A DC C, e transgressivos, expressos por A PT não-C. No enunciado Pedro é rico PT não é feliz, a riqueza que torna as pessoas felizes é diferente daquela que não as impede de serem infelizes. Assim, não há em um encadeamento argumentativo nenhum processo informativo. É um único ponto de vista que é desenvolvido ou sob um ângulo normativo, ou sob um ângulo transgressivo.

Em outro artigo intitulado *Os internalizadores*, publicado na revista Letras de Hoje em 2002, Ducrot analisa alguns conceitos muito relevantes para a Teoria dos Blocos Semânticos. Nesse artigo, Ducrot utiliza a noção de internalizador para estabelecer uma classificação semântica das palavras, que integra ao mesmo tempo uma microsemântica ao tratar de palavras com uma macrosemântica que parte do discurso para descrever semanticamente uma expressão. O sentido do léxico pode evocar um conjunto de discursos ou combinar ou modificar discursos associados a ele; portanto, *só o discurso é doador de sentido* (DUCROT, 2002, p.7).

Como já foi visto na seção anterior, são discursos os encadeamentos argumentativos, ou seja, as seqüências de duas proposições ligadas por um conector. Os conectores podem ser do tipo geral de *donc* (portanto, abreviado em francês por DC), que constroem encadeamentos normativos, ou do tipo de *pourtant* (no entanto, abreviado em francês por PT), que constroem encadeamentos transgressivos. Exemplos de encadeamentos normativos:

(27') João está com pressa de chegar, *portanto* ele corre.

(27'') Se João está com pressa de chegar, *então* ele corre.

(27''') João corre *porque* está com pressa de chegar.

O agrupamento desses encadeamentos forma o seguinte aspecto argumentativo:

(28) ter pressa DC agir rapidamente

Os encadeamentos transgressivos podem ser como:

(29') João tem pressa de chegar, *no entanto* não corre

(29'') *Ao mesmo tempo* em que ele tem pressa de chegar, João não corre.

(29''') *Embora* tenha pressa de chegar, João não corre.

O aspecto argumentativo desses encadeamentos é o seguinte:

(30) ter pressa PT neg-agir rapidamente

Na organização de um bloco semântico de uma palavra X, um aspecto pode estar ligado a ela de modo externo ou interno. Um aspecto é externo se essa palavra constitui um segmento do aspecto. Se a palavra é o primeiro segmento, o aspecto está relacionado a ela de modo externo à direita. Se a palavra é o segundo segmento, trata-se do aspecto externo à esquerda. Assim, o aspecto 'ter pressa DC agir rapidamente' é externo à direita da expressão *ter pressa*, pois contém os discursos em que são assinaladas as consequências do fato de *ter pressa*. Por sua vez, como aspecto à esquerda temos 'estar apressado DC ter pressa', que contém discursos indicando a causa pela qual alguém se apressa. Portanto, a argumentação externa (AE) de uma palavra é a *pluralidade dos aspectos constitutivos de seu sentido na língua e que estão ligados a ela de modo externo* (DUCROT, 2002, p.9).

A argumentação externa (AE) à direita contém um aspecto X con Y e também seu aspecto converso: X con' neg-Y. Se o conector for *donc*, o con' será *pourtant*, e vice-versa. Assim, a AE de *ter pressa* contém, também à direita, o aspecto 'ter pressa PT neg-agir rapidamente'. Já em relação à AE à esquerda tem-se Y con X, cujo aspecto transposto é neg-Y

con' X. A AE à esquerda de *ter pressa* comporta não somente 'ter pressa DC apressar-se', mas também 'neg-ter pressa PT apressar-se'.

Na TBS Ducrot (2002) analisa também a argumentação interna (AI) contida nas palavras. A AI constitui-se pelos encadeamentos que parafraseiam a palavra. É uma reformulação feita de aspectos cuja palavra, desta vez, não é ela mesma um segmento do encadeamento. Por exemplo:

(31) João é prudente.

Pode-se reformular esse exemplo pelo encadeamento *Se há perigo, João toma precauções*, colocando na AI de prudente o aspecto 'perigo DC precauções'. E a AI de *imprudente* comporta o aspecto converso 'perigo PT neg-precauções'.

A partir desse exemplo, é possível verificar que a AI de uma palavra não pode comportar ao mesmo tempo um aspecto e o seu converso. Se a AI de uma palavra contém um aspecto, como *prudente* contém o aspecto 'perigo DC precauções', a negação dessa palavra contém o aspecto converso, como *imprudente* contém o aspecto 'perigo PT neg-precauções'.

Ao fazer uma classificação semântica do léxico, Ducrot (2002) classifica as palavras em *plenas* e *gramaticais*. As *palavras plenas* seriam aquelas que possuem 'conteúdo' e que podem ter uma AI e uma AE; as *instrumentais* ou *gramaticais* não designam nenhum elemento da realidade, e não podemos lhes associar um conjunto específico de aspectos e discursos.

As palavras instrumentais dividem-se em conectores, articuladores e operadores. Os conectores têm a função de constituir os encadeamentos argumentativos e são análogos a *donc* e *pourtant*. Os articuladores, por sua vez, não articulam segmentos, mas encadeamentos. Sua função é comparar as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que os precedem e que os seguem. O *mas* é um exemplo de articulador entre

os encadeamentos como no exemplo *faz bom tempo mas me doem os pés*, onde temos *faz bom tempo DC vamos passear* mas *me doem os pés DC não vamos passear*. Fica claro nessa formalização que temos dois enunciados ligados pelo articulador *mas*, e que em cada um há uma conclusão diferente (*vamos passear* e *não vamos passear*).

Por fim, os operadores só combinam de modo novo, arranjam ou reorganizam os constituintes semânticos de X. Eles são uma palavra Y que aplicada a X produz um sintagma XY, subdividindo-se em modificadores e internalizadores.

Os modificadores são *pouco*, *um pouco*, *muito*, outros empregos de *demais* e *fácil* no sintagma *problema fácil*. Uma palavra instrumental é dita *modificador* em relação a uma palavra X se a AI do sintagma XY é feita só com palavras plenas contidas na AI de X: assim, Y não introduz nenhum termo pleno novo nos aspectos que constituem a AI: ele se contenta em reorganizá-las, combinando-as de um modo novo com os conectores e a negação.

Os internalizadores são, dentre outros, alguns empregos de *demais* e quase todos os empregos de *em vão*, comportam na AI de XY palavras plenas relacionadas à AE de X, garantindo assim uma espécie de passagem entre AE e a AI, o que permite ver uma certa relação entre os dois modos de argumentação, respeitando a sua dualidade. Sabe-se que, se um aspecto em DC pertence à AE de uma expressão, o aspecto converso em PT lhe pertence também. Como esses dois aspectos não podem estar simultâneos na AI de uma mesma palavra, deve haver uma seleção, e o internalizador assumirá ou o aspecto em DC ou o aspecto em PT, impondo, assim, uma dualidade entre os *internalizadores transgressivos*, que só conservam o aspecto em PT, e os *internalizadores normativos*, que só conservam o aspecto em DC.

Feita a apresentação dos pressupostos teóricos que fundamentam o nosso estudo, passemos agora à construção da metodologia e à aplicação da ANL à análise de textos.

3 METODOLOGIA E ANÁLISE

Neste capítulo apresentaremos a metodologia, o *corpus* e as análises feitas com base em conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS) apresentados na seção anterior. Pretendemos, com isso, atingir o nosso objetivo estabelecido inicialmente: reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposto por Hasan (1989), pela articulação entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas à luz da Teoria da Argumentação na Língua. Para tal, tomaremos como base a definição de cadeias coesivas de Hasan (1989). Para a autora as cadeias coesivas são formadas por um conjunto de itens que estão relacionados uns aos outros por relações de sentido. Passemos então à metodologia.

3.1 Metodologia

A fim de que possamos reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposta por Hasan (1989) à luz da ANL, elaboramos os procedimentos metodológicos que seguem abaixo.

As etapas metodológicas das análises se desenvolveram conforme os seguintes passos:

Parte 1 - Aplicação do modelo de Hasan (1989)

- 1) Levantamento das cadeias coesivas, de acordo com o modelo de Hasan, dentro de cada análise;
- 2) Identificação dos membros de cada cadeia coesiva, que estão no eixo paradigmático;
- 3) Classificação dos membros da cadeia coesiva de acordo com a teoria de Hasan.

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos

- 1) Levantamento das cadeias coesivas, de acordo com o modelo de Hasan (1989), dentro de cada análise;
- 2) Identificação dos membros de cada cadeia coesiva, que estão no eixo paradigmático;
- 3) Identificação das palavras que compõem os membros das cadeias coesivas no eixo do sintagma;
- 4) Identificação do locutor e do alocutário em cada análise;
- 5) Levantamento de argumentações externas (AE) de cada membro da cadeia coesiva nos eixos paradigmáticos e sintagmáticos;
- 6) Levantamento de argumentações internas (AI) de cada membro da cadeia coesiva nos eixos paradigmáticos e sintagmáticos;
- 7) Descrição da construção do sentido em cada análise pelo movimento argumentativo (sentidos que as palavras e os enunciados adquirem nas relações paradigmáticas e sintagmáticas¹⁶) dentro das cadeias.

Como veremos pelas análises, a aplicação de todos os itens acima relacionados não é obrigatória para o resgate do sentido; dependerá de cada membro da cadeia. O levantamento dos encadeamentos argumentativos dos membros das cadeias, pelas AI e AE, permitirá a explicitação do sentido a partir do próprio discurso.

¹⁶ As relações paradigmáticas são aquelas que estão no eixo das associações e as sintagmáticas estão no eixo das combinações segundo Saussure.

3.2 *Corpus*

O *corpus* da pesquisa consiste em cinco textos jornalísticos, extraídos de revistas e jornais nacionais com distribuição semanal ou mensal. Como critério de seleção desses textos, optamos por não nos deter em um só gênero, pois acreditamos que a variedade de gêneros permite mostrar que as cadeias coesivas se constroem pelas relações entre as palavras independentemente dos diferentes tipos de gêneros textuais. Além disso, esses textos foram escolhidos pelo fato de apresentarem cadeias coesivas mais longas do que outros. Pelas análises do *corpus* pretendemos corroborar as nossas hipóteses: o sentido é construído pela combinação entre as relações paradigmáticas e as sintagmáticas e se constrói pelo linguístico, na linguagem em uso. Faz-se necessário destacar também que a nossa análise é de caráter qualitativo, assim, tendo em vista, o nosso objetivo, que é mostrar o sentido construído pelas cadeias coesivas no discurso, não importa a quantidade de textos do *corpus* para as análises.

3.3 Análises

3.3.1 Análise 1

Este texto foi extraído da revista *Claudia bebê*, da edição 553B de 2008. Ele faz parte de um artigo intitulado 'Seus dois filhotes em perfeita harmonia: como adaptar o bebê que chega ao seu animal de estimação' que aborda, como o título já diz, o vínculo de um novo membro da família: o bebê. Esse artigo é composto de várias seções com temas como 'antes de o bebê chegar', 'ritual de iniciação', 'aproximação gradual' e a 'a idade faz o vínculo', no entanto, decidimos escolher para analisar somente o tema 'ritual de iniciação' por apresentar um número maior de cadeias coesivas que vão do começo ao final do texto, como iremos mostrar.

Ritual de iniciação

Quando estiver na maternidade, a primeira providência é levar **algo usado pelo bebê** para casa, a fim de que **seu bicho de estimação** se familiarize com **o cheiro da "novidade" que está a caminho**. "Pode ser **uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi**. **A peça** deve ser colocada na **cama do animal** ou perto do **prato de comida dele** para que **o aroma** seja associado a uma sensação de prazer", ensina.

O primeiro encontro é outro momento importante dessa relação. É provável que **seu pet** esteja com saudades. Por isso, deixe **o bebê** um pouco com o pai e dê atenção a **ele**. Passada a euforia, apresente **o novo membro da família**. Abaixese à **altura do cachorro ou gato** e permita que **ele** dê uma cheiradinha no **pequeno**. Se tiver dúvidas sobre **a reação do bicho**, mantenha-o na **guia** nos primeiros contatos.

Parte 1 – Modelo de Hasan (1989)

1)Cadeia da roupa do bebê

algo/ uma roupa, um cobertor ou uma fralda /a peça

2)Cadeia do bicho

bicho / animal / pet / ele / cachorro ou gato / ele / bicho

3)Cadeia do bebê

o bebê / pequeno

Classificação dos membros das cadeias

1- algo – um superordenado, é um membro que se refere a classe geral;

uma roupa, um cobertor ou uma fralda – hiponímia de *algo*, está dentro da subclasse de *algo*;

a peça – um superordenado de uma roupa, um cobertor ou uma fralda.

2- bicho – um superordenado, se refere a uma classe geral;

animal – um sinônimo de bicho;

pet – um sinônimo de animal;

ele – sinônimo de pet;

cachorro ou gato – hipônimo de animal;

ele – repetição do mesmo item lexical;

bicho – sinônimo de animal.

3- o bebê – hiponímia de ser humano;

pequeno – sinônimo de bebê.

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos

Cadeia da roupa do bebê

algo usado pelo bebê / uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi / a peça / o aroma

Cadeia do bicho de estimação

seu bicho de estimação / cama do animal / prato de comida dele / seu pet / ele / altura do cachorro ou gato / ele / a reação do bicho / 'o' na guia

Cadeia do bebê

o cheiro da 'novidade' que está a caminho / o bebê / o novo membro da família / pequeno

AI (algo usado pelo bebê) *roupa pertencente ao bebê DC com vestígios dele*

AI (uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi) *diferentes pertences do bebê DC com características específicas dele*

AI (a peça) *objeto usado pelo bebê DC repleto do odor característico dele*

AI (o aroma) *odor característico do bebê DC causador de boas sensações*

AI (seu bicho de estimação) *animal doméstico DC estimado*

AI (cama do animal) *bicho DC necessidade de ter um lugar separado para dormir*

AI (prato de comida dele) *bicho DC necessidade de ter um recipiente separado para comer*

AI (seu pet) *animal doméstico bem tratado DC dado a reações humanas*

AI (ele) *animal doméstico estimado DC dado a reações humanas*

AI (altura do cachorro ou gato) *animal de pequena estatura DC necessidade de abaixar-se para se aproximar dele*

AI (ele) *animal que tem muita atenção da família DC necessidade de fazê-lo aceitar a atenção a ser dada pela família ao bebê*

AI (a reação do bicho) *animal DC passível de atitudes inesperadas diante do novo membro da família*

AI ('o' na guia) *animal doméstico PT necessidade de prevenir uma reação inesperada*

AI (o cheiro da 'novidade' que está a caminho) *novo membro da família DC características ainda não familiares*

AI (o bebê) *criança recém-nascida DC exigência de cuidados especiais*

AI (o novo membro da família) *ser recém chegado DC ainda desconhecido pelo animal de estimação*

AI (pequeno) *criança de muito pouca idade DC novo membro da família*

Um dos primeiros pontos que observamos nessa análise foi o modo explícito como o locutor e o alocutário se marcaram. O locutor se valeu dos verbos no imperativo *deixe, dê, apresente, abaixe-se, permita, mantenha-o* para identificar-se como alguém que quer dar dicas para que a relação entre o bebê recém chegado à família e o bicho de estimação dê certo. Pelo uso do tratamento *você*, identificamos como alocutário a mãe, como em *quando (você) estiver na maternidade, deixe o bebê um pouco com o pai*, o que nos permite concluir, então, que a imagem do alocutário foi construída pelo locutor por marcas feitas dentro do próprio texto.

Além disso, observamos como os membros das cadeias coesivas foram construindo o sentido pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas. Na cadeia do bebê, o sentido do membro *algo usado pelo bebê* foi construído na relação sintagmática entre as palavras que o compõem pela associação de uma palavra com a outra, mostrando assim a impossibilidade de ver a palavra isolada. Pois *algo* tem um sentido, mas *algo usado pelo bebê* especifica o sentido pretendido pelo locutor. Em *uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi* temos o

sentido que deriva da associação entre as palavras como em *uma fralda um pouco molhada de xixi*, não é uma fralda qualquer é uma fralda molhada de xixi, a expressão *um pouco molhada de xixi* faz parte do sentido desse membro da cadeia, não podendo ser entendida separadamente. Vemos, então, que além das relações sintagmáticas, esses membros estão relacionados entre si também paradigmaticamente, já que um retoma o outro, mas *algo usado pelo bebê* tem um sentido mais amplo e geral e *uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi* especifica bem mais o que o locutor quis dizer com a expressão *algo usado pelo bebê*. Já o sentido de *a peça* é o resultado das relações paradigmáticas e sintagmáticas, ou seja, dos sentidos dos outros membros da cadeia que vieram antes da palavra *a peça* e que a definiram.

Dessa maneira, verificamos que o artigo *a* na expressão *a peça* remete ao que foi dito antes anaforicamente e também *a peça* resume *algo usado pelo bebê* e *uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi* construindo assim seu sentido dentro do discurso sem referência ao mundo, é, portanto uma peça usada pelo bebê. Observamos que esses sentidos foram construídos dentro do discurso, pelo linguístico, sem recorrer à exterioridade.

Em *o aroma*, vemos que o sentido se construiu pelo membro que veio antes, *a peça*, que resumiu *algo usado pelo bebê* e *uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi*, evidenciando, desse modo, como a combinação dos dois eixos – paradigmático e sintagmático – produz sentido, pois não é um aroma de outra coisa, é um aroma da peça um pouco molhada de xixi.

Na cadeia do bicho de estimação, o sentido de *seu bicho de estimação* foi sendo construído ao longo do texto. O membro *seu bicho de estimação* mostra, pela associação entre as palavras sintagmaticamente, que não é um bicho de rua, por exemplo, ou um bicho de pelúcia, mas sim especificamente um bicho *de estimação*. O mesmo acontece na associação entre as palavras no eixo sintagmático de *cama do animal* e

prato de comida dele, que também fazem referência a *seu bicho de estimação* no eixo paradigmático. Mostrando assim, que é a cama do animal, como também em *prato de comida dele*, que não é também um prato qualquer, é o prato de comida do animal do qual o locutor está falando. O sentido dessas expressões *seu bicho de estimação*, *cama do animal*, *prato de comida dele* vem da associação entre as palavras no eixo do sintagma, construído pelo linguístico no discurso. Por outro lado o membro *seu pet* não retoma só o sentido de *seu bicho de estimação* do início da cadeia, pois seu sentido é o resultado dos enunciados que vieram antes e depois dele. Do mesmo modo, o membro *ele* não é uma simples retomada de *seu pet*, pois seu sentido se altera na associação com os outros enunciados que vieram antes dele no eixo sintagmático.

Constatamos ainda que o sentido do membro *altura do cachorro ou gato* advém da relação entre as palavras que o compõem, pois não é uma simples altura, sem referente, geral, é especificamente a altura do cachorro e do gato. Já o membro *ele* define-se, não só em relação a *seu bicho de estimação*, mas principalmente pelos sentidos que vieram antes no eixo do paradigma e do sintagma e, que, portanto, culminaram no seu sentido final. Finalmente, vemos que os membros *a reação do bicho* e "*o*" *na guia* têm seus sentidos construídos pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas entre as palavras, pois em *a reação do bicho* observamos que não é a reação de uma pessoa, mas sim do bicho já referido antes no texto e o mesmo acontece em "*o*" *na guia*, cujo sentido é especificado pela relação entre as palavras, por conseguinte, vemos que todos esses sentidos foram construídos dentro do discurso, sem fazer alusão à realidade.

Na cadeia do bebê, o sentido de *o cheiro da 'novidade' que está a caminho*, resulta da relação sintagmática entre as palavras que formam o membro, pois também não é um mero cheiro, é o cheiro da novidade que está a caminho. Esse membro também é retomado por *o bebê, o novo membro da família e pequeno*. Entretanto cada retomada traz mudanças de sentido explicadas pelas suas AI. Em *o bebê*, temos o sentido de

criança recém-nascida portanto indefesa; *o novo membro da família* altera o sentido de *o bebê*, apesar de fazer referência a ele e mostra também pela associação entre as palavras que é um membro *da família*. E *pequeno* traz a ideia de criança de muito pouca idade portanto novo membro da família, pois seu sentido está atrelado ao membro anterior *o novo membro da família*. Essas mudanças de sentido mostram como o sentido de *bebê* foi construído pelas palavras dentro do discurso.

Outro ponto que observamos foi o uso da conjunção *por isso* no segundo parágrafo do texto. Essa conjunção agrega um novo tipo de relação, que é aquela entre os enunciados do texto. A conjunção *por isso* relaciona o enunciado *É provável que seu pet esteja com saudades com deixe o bebê um pouco com o pai e dê atenção a ele* estabelecendo a relação de causa a consequência entre os enunciados. Há também a conjunção implícita *portanto* no texto entre os enunciados *o primeiro encontro é outro momento importante dessa relação portanto é provável que seu pet esteja com saudades*, evidenciando assim que existem relações também entre os enunciados dentro do texto. Essa noção de relação é muito importante para a compreensão dos sentidos pretendidos pelo locutor e também para a coesão do texto. Ressaltamos então, que o texto todo está relacionado tanto pelas palavras como pelos enunciados discursivamente nos dois eixos.

3.3.2 Análise 2

Esta estória foi extraída da revista Seleções de abril de 2008, de uma seção intitulada 'Flagrantes da vida real'.

Quando o alarme de incêndio disparou no prédio onde mora minha mãe, ela pegou **seu maiô predileto** e saiu correndo. Mais tarde, comentei:

- **Um maiô?** De tudo o que havia no apartamento, era esse **o objeto mais valioso que você escolheu para salvar?**

Mamãe respondeu:

- Bens materiais vêm e vão. Mas **um maiô que não faz a gente parecer gorda** é impossível de repor.

Cathy Peacock, EUA

Parte 1 – Modelo de Hasan (1989)

1) Cadeia do maiô

maiô / um maiô / um maiô

Classificação dos membros da cadeia

maiô (3x) – repetição do mesmo item lexical;

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos

Cadeia do maiô

seu maiô predileto/ um maiô? / o objeto mais valioso que você escolheu para salvar? / um maiô que não faz a gente parecer gorda

Cadeia do locutor 1 – a filha

AI (um maiô?) *roupa de banho PT necessidade de salvá-la?*

AI (o objeto mais valioso que você escolheu para salvar?) *roupa de banho sem valor PT necessidade de resgatá-la?*

Cadeia do locutor 2 – a mãe

AI (seu maiô predileto) *peça de roupa de que mais se gosta DC especial*

AI (um maiô que não faz a gente parecer gorda) *roupa de banho PT capaz de esconder o sobrepeso*

Nessa estória podemos observar que existem dois locutores: a mãe e a filha. O locutor 1, a filha se marca pelo verbo *comentei*, mostrando que é ela que conta a estória para seus alocutários, os leitores da revista *Seleções*. A mãe, o locutor 2, se marca pelo verbo *respondeu*. São dois discursos que interagem argumentativamente mostrando seus dois pontos de vista distintos. Assim, o sentido de *o maiô* foi construído e modificado pelos pontos de vista dos dois locutores distintos em torno da mesma palavra *maiô*.

A cadeia da mãe iniciou com *seu maiô predileto*, cujo sentido se construiu pela associação entre as palavras *seu maiô* e *predileto*, no eixo sintagmático, resultando não em um simples maiô, mas um maiô especial, o mais especial de todos. No caso do segundo membro *um maiô?* não

podemos ignorar a forma interrogativa, pois ela está relacionada ao sentido desse membro criado pelo locutor 1. A filha mostra surpresa pela escolha da mãe e isso se mostra pela expressão *um maiô?* e pelo ponto de interrogação que acompanha essa expressão. Ela questiona a escolha de um maiô pela mãe, ela não entende por que esse maiô é tão especial e a importância que ele possa ter. Assim, vimos pela AI, que para ela um maiô é *uma roupa de banho portanto não precisa ser salva*. Por isso, ela pergunta para a mãe novamente o porquê da escolha, mas dessa vez ela se refere ao maiô como *o objeto mais valioso que você escolheu para salvar?*

Por último, temos o sentido de *um maiô que não faz a gente parecer gorda*, o qual emergiu da relação sintagmática entre as palavras que formam esse membro da cadeia, especificando a que tipo de maiô a mãe está se referindo. O valor desse maiô está exatamente por ele esconder seus quilinhos a mais.

Vimos também que é pelo encadeamento que está depois do *mas* que a mãe expõe o seu ponto de vista sobre o objeto, sua subjetividade, discordando assim da filha. O articulador *mas* compara as argumentações que constituem o sentido dos segmentos que o precedem e que o seguem, como podemos ver por essa formalização: *bens matérias DC fáceis de repor mas um maiô que não faz a gente parecer gorda DC impossível de repor*. Concluimos então, que é pela interação entre os dois discursos que os locutores construíram os sentidos dentro do texto sem ter que recorrer à realidade.

3.3.3 Análise 3

Este trecho de uma carta foi extraído da revista Veja de 8 de julho de 2009, da seção Leitor, logo após a morte do cantor Michael Jackson e expressa a opinião de um dos milhares de fãs do cantor.

Acho que a maioria das pessoas conhece **Michael Jackson como um cara bizarro que fez inúmeras plásticas, andava com o rosto coberto e vivia escondendo os filhos. O astro decadente envolvido em escândalos de pedofilia.** Mas poucos sabem **o gênio musical que ele foi. O maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles.**

Parte 1 – Modelo de Hasan (1989)

1) Cadeia de Michael Jackson

Michael Jackson / ele

Classificação dos membros da cadeia

Michael Jackson – sinônimo de 'ele'

ele – sinônimo de Michael Jackson

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos

Cadeia de Michael Jackson

Michael Jackson como um cara bizarro que fez inúmeras plásticas/
 Michael Jackson como um cara bizarro que andava com o rosto coberto/
 Michael Jackson como um cara bizarro que vivia escondendo os filhos/ o
 astro decadente/ o astro envolvido em escândalos de pedofilia/ gênio
 musical que ele foi/ maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles

AE (Michael Jackson como um cara bizarro que fez inúmeras
 plásticas) *Michael Jackson DC cara bizarro que fez inúmeras plásticas*

AE (Michael Jackson como um cara bizarro que andava com o rosto
 coberto) *Michael Jackson DC cara bizarro que andava com o rosto coberto*

AE (Michael Jackson como um cara bizarro que vivia escondendo os
 filhos) *Michael Jackson DC cara bizarro que vivia escondendo os filhos*

AE (o astro decadente) *Michael Jackson DC astro decadente*

AE (o astro envolvido em escândalos de pedofilia) *Michael Jackson
 DC astro envolvido em escândalos de pedofilia*

AE (o gênio musical que ele foi) *Michael Jackson DC gênio musical*

AE (o maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles) *Michael
 Jackson DC maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles*

Observamos nesse texto que o locutor se marca pelo verbo *acho* e que os alocutários são todos os leitores dessa seção da revista *Veja*. Vemos que esse é um texto que define Michael Jackson principalmente por meio das relações paradigmáticas e sintagmáticas entre as palavras. A cadeia inicia com a caracterização de Michael Jackson, mostrando os problemas que o astro teve e pelos quais era também conhecido como *cara bizarro que fez inúmeras plásticas, andava com o rosto coberto e*

vivia escondendo os filhos. O astro decadente envolvido em escândalos de pedofilia. Essa caracterização se dá por meio da associação entre as palavras no eixo sintagmático, deixando claro que não se está falando de qualquer outra pessoa, mas sim especificamente de Michael Jackson e esse sentido é construído no discurso pelas palavras, sem ter que recorrer à realidade e se dá também pelas associações de sentidos no eixo paradigmático. O mesmo acontece em *o astro decadente e o astro envolvido em escândalos de pedofilia*, que, além de retomar Michael Jackson no eixo paradigmático, adquire outros sentidos pela relação sintagmática entre suas palavras; é aquele astro já descrito anteriormente pela cadeia coesiva no discurso.

Não podemos deixar de notar a importância do *mas* nesse texto, pois é pelo *mas* que o locutor mostra a sua opinião, o seu ponto de vista sobre o que foi dito antes como vemos pela seguinte formalização: *Michael Jackson DC astro com problemas conhecidos pelo público mas gênio musical DC maior fenômeno da atualidade.* Fica claro que o que foi dito antes do *mas* sobre Michael Jackson serviu para caracterizar o astro, para apoiar o locutor na suas argumentações mas o seu ponto de vista é o gênio musical e o maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles que Michael Jackson foi.

Por último, constatamos também que aquele *e/le* não é só um modo de substituir a palavra Michael Jackson, pois tem seu sentido construído por tudo aquilo que foi dito antes sobre Michael Jackson nos eixos paradigmáticos e sintagmáticos. Portanto, vimos que foi o texto que construiu Michael Jackson por meio das palavras e não a realidade, mostrando assim, a importância da associação das relações paradigmáticas e sintagmáticas para a construção do sentido e também da enunciação, o ponto de vista do locutor.

3.3.4 Análise 4

Este texto foi extraído da revista *Veja*, da seção *Leitor*, de outubro de 2009. Ele faz parte de uma série de cartas que foram enviadas à revista comentando um artigo publicado chamado *Guia do bebê*. Este trecho da carta em questão foi enviado por Christiane Araújo Chaves Leite, doutora professora de pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

No item **"o leite"** da nova cartilha, a informação de que **as crianças com menos de 1 ano** não podem ingerir **leite de origem animal** não é totalmente correta. Na verdade, é contraindicado o uso de **leite de vaca integral** no **primeiro ano de vida**. A indicação para **as crianças que**, por motivos diversos, **não sejam amamentadas no seio** é que sejam **prescritas fórmulas infantis modificadas e apropriadas para o primeiro e segundo semestre de vida**. **Essas fórmulas**, em sua grande maioria, são derivadas do **leite de vaca**, porém adaptadas para **essa faixa etária**, de maneira a garantir melhor digestão e menor risco de alergia alimentar.

Parte 1 – Modelo de Hasan (1989)

1) Cadeia do leite

o leite / leite/ leite / leite

2) Cadeia das crianças

crianças / as crianças

3) Cadeia das fórmulas infantis

fórmulas / essas fórmulas

Classificação dos membros das cadeias

- 1) o leite (4x) – repetição do mesmo item lexical;
- 2) crianças (2x) – repetição do mesmo item lexical;
- 3) fórmulas (2x) – repetição do mesmo item lexical.

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos**Cadeia do leite**

“o leite” / leite de origem animal / leite de vaca integral/ leite de vaca

Cadeia das crianças

crianças com menos de 1 ano/ as crianças não amamentadas no seio

Cadeia da idade

primeiro ano de vida / essa faixa etária

Cadeia das fórmulas infantis

fórmulas infantis modificadas e apropriadas para o primeiro e segundo semestres de vida / essas fórmulas

AI (“o leite”) *alimento produzido pelas vacas DC próprio para consumo humano*

AI (leite de origem animal) *alimento produzido pelas vacas DC não próprio para crianças com menos de 1 ano*

AI (leite de vaca integral) *alimento produzido pelas vacas DC não indicado para o primeiro ano de vida das crianças*

AI (leite de vaca) *alimento produzido pelas vacas PT modificado e adaptado para crianças*

AI (crianças com menos de 1 ano) *ser humano de pouca idade DC necessidade de ingestão de leite*

AI (as crianças não amamentadas no seio) *ser humano de pouca idade PT impossibilitado de ingerir leite materno*

AI (primeiro ano de vida) *idade muito tenra DC não recomendada a ingestão de certos alimentos*

AI (essa faixa etária) *primeiro ano de vida DC necessidade de ingerir alimentos apropriados*

AI (fórmulas infantis modificadas e apropriadas para o primeiro e segundo semestres de vida) *alimentos produzidos especialmente para o primeiro ano DC próprios para o consumo dessas crianças*

AI (essas fórmulas) *alimentos industrializados produzidos para o primeiro ano DC adequados a essa idade*

É interessante observar nesse texto que o locutor é uma professora de pediatria e seus alocutários são todos os leitores da seção Leitor da revista Veja. Observamos como o sentido foi construído pelos membros das cadeias no eixo paradigmático e sintagmático. Na cadeia do leite, vimos primeiramente que no membro “o leite” há o artigo o que generaliza o sentido. O sentido do segundo membro *leite de origem animal*, é o resultado da sua relação com o que foi dito antes, não é uma definição geral do que é leite de origem animal no mundo, na realidade,

mas seu sentido se relaciona com as crianças com menos de 1 ano, resultando na AI *alimento produzido pelas vacas DC não próprio para crianças com menos de 1 ano*, caracterizando assim o leite a que o locutor está se referindo. O mesmo acontece com *leite de vaca integral* que associado com outro membro da cadeia da idade (primeiro ano de vida) tem seu sentido especificado e modificado. Por fim, o sentido de *leite de vaca* está relacionado com *essas fórmulas* mostrando que é sim *um leite produzido pelas vacas mas modificado e adaptado*. O membro *leite de vaca* assume um sentido construído pelo que veio antes e também pelo que veio depois. Esses são os sentidos pretendidos pelo locutor para os seus alocutários, construídos dentro do texto a partir das relações entre as palavras paradigmaticamente e sintagmaticamente, mas também entre os membros de cadeias diferentes como vimos nessa interação entre cadeias.

Na cadeia das crianças temos novamente a inter-relação entre os dois eixos, pois o sentido de *crianças com menos de 1 ano* resulta da relação entre as palavras que formam esse membro e ao mesmo tempo o segundo membro *as crianças não amamentadas no seio* remete ao primeiro e também forma outro sentido pela relação sintagmática entre suas palavras, explicando que não são crianças em geral, mas sim aquelas com menos de 1 ano não amamentadas no seio.

Na cadeia da idade, o sentido do membro *primeiro ano de vida* advém da associação entre as palavras no eixo do sintagma e o sentido do segundo membro *essa faixa etária* retoma o primeiro membro dessa cadeia pelo eixo do paradigma e ao mesmo tempo o designa por meio de *essa*.

Na cadeia das fórmulas infantis, constatamos que o sentido do primeiro membro *fórmulas infantis modificadas e apropriadas para o primeiro e o segundo semestres de vida* é o resultado da associação entre as suas palavras no eixo sintagmático e é retomado por *essas fórmulas* pelo eixo paradigmático. Verificamos também que o membro *essas fórmulas* resume o que foi dito antes e, além disso, vimos pela conjunção

porém, que o locutor admite que as fórmulas são derivadas do leite, mas explica que são adaptadas para a faixa etária para a qual foram produzidas, mostrando assim a existência de relações também entre enunciados e não somente entre palavras no discurso.

3.3.5 Análise 5

Esta propaganda foi retirada do jornal Zero Hora de 28 de agosto de 2009. Ela faz parte da campanha de lançamento de um empreendimento imobiliário que está situado no bairro Auxiliadora.

Auxiliadora: um bairro cheio de vida para você ter uma vida cheia de ótimos momentos.

Localizado entre o Moinhos de Vento, o Mont'Serrat e o Higienópolis, **o Auxiliadora** fica perto de tudo e é **um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre**. As **suas ruas pacatas, repletas de verde**, contrastam com o movimento dos moradores e das pessoas que vão ao **bairro** desfrutar dos bares, restaurantes, opções de lazer, comércio, cultura e de toda infraestrutura que **um bairro completo** tem que ter. Viva **o Auxiliadora. Um bairro completo**.

Parte 1 – Modelo de Hasan (1989)

1) Cadeia do bairro Auxiliadora

Auxiliadora / o Auxiliadora / o Auxiliadora

Classificação dos membros da cadeia

1) Auxiliadora (3x) – repetição do mesmo item lexical.

Parte 2 – Aplicação da Teoria dos Blocos Semânticos

Cadeia do bairro Auxiliadora

Auxiliadora: um bairro cheio de vida/ o Auxiliadora / um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre/ suas ruas pacatas e repletas de verdes/ bairro/ um bairro completo/ o Auxiliadora: Um bairro completo

AI (Auxiliadora: um bairro cheio de vida) *região alegre da cidade DC boa para se viver*

AI (o Auxiliadora) *perto de tudo DC bairro bem localizado*

AI (um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre) *região que oferece os mais variados recursos DC bom de viver*

AI (suas ruas pacatas e repletas de verdes) *região calma e florida DC prazerosa de se viver*

AI (bairro) *região agradável da cidade DC atraente para as pessoas*

AI (um bairro completo) *região bem estruturada da cidade DC capaz de oferecer tudo de que os moradores necessitam*

AI (o Auxiliadora: Um bairro completo) *região da cidade com ótima infra-estrutura DC boa para se viver*

Constatamos nesse texto que os alocutários são todos os leitores do jornal Zero Hora e possíveis compradores do empreendimento anunciado e o locutor é aquele que representa o empreendimento imobiliário. Vimos também como os membros da cadeia coesiva construíram o bairro Auxiliadora pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas. O sentido do primeiro membro da cadeia *Auxiliadora: um bairro cheio de vida* advém da relação sintagmática entre as palavras, caracterizando assim o bairro como especificamente cheio de vida. O segundo membro *o Auxiliadora*, retoma o primeiro membro e ao mesmo tempo é o resultado da sua relação com o que está logo depois *um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre*.

Observamos que esse terceiro membro define para o alocutário *o Auxiliadora*, mostrando dessa maneira como todos os membros dessa cadeia estão inter-relacionados pelos eixos paradigmáticos e sintagmáticos e não podem ser analisados separadamente. Portanto, o sentido de *um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre* está relacionado e explicado nas linhas seguintes pelo quarto membro *suas ruas pacatas e repletas de verdes* e também pelo resto do enunciado que se segue. O quinto membro *bairro* remete a *o Auxiliadora* pelo eixo paradigmático. O sexto e o último membros estão relacionados: no quinto, o sentido é o resultado das palavras que vieram antes, pois o Auxiliadora é um bairro completo por ter tudo aquilo que foi mencionado antes de acordo com o que foi exposto pelo locutor; e o último membro *o Auxiliadora: Um bairro completo* resume todo o sentido do parágrafo anterior a ele, explicado pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas entre as palavras. Constatamos, portanto, que toda a caracterização do bairro Auxiliadora foi feita dentro do discurso por meio das palavras. Foi pelo discurso que o sentido de bairro foi construído e caracterizado nessa publicidade.

3.4 Discussão dos resultados

Durante todo o processo de análise dos textos, norteamos-nos pelas questões que estão subjacentes ao nosso estudo: a construção do sentido é o resultado principalmente da associação das relações paradigmáticas com as sintagmáticas e da enunciação e o sentido se constrói em grande parte a partir do linguístico, no uso da linguagem. Analisamos os textos com base na Teoria da Argumentação na Língua, mais especificamente em sua terceira e atual fase, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS).

Foram escolhidos textos de diferentes gêneros para que a análise pudesse ser a mais abrangente possível. Sob a perspectiva da TBS, tivemos a pretensão de reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposto por Hasan (1989), pela articulação entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados e também pela enunciação à luz da Teoria da Argumentação na Língua. Para tal, partimos da aplicação do modelo de Hasan para depois apreender o sentido decorrente das relações paradigmáticas e sintagmáticas dos membros das cadeias coesivas, que formam encadeamentos normativos ou transgressivos ao longo do discurso pela TBS.

Sendo assim, identificamos em cada texto diferentes particularidades que serão mostradas a seguir.

No primeiro texto, sobre a relação entre o bebê e o animal de estimação, observamos como o sentido foi construído dentro de cada cadeia pelos seus membros. Constatamos que cada membro trouxe consigo um sentido resultante das relações paradigmáticas e sintagmáticas entre eles. No decorrer da análise nos deparamos também com os sentidos resultantes das relações entre os enunciados por meio da conjunção explícita *por isso* e da implícita *portanto*. Esse fato não pode ser ignorado por mostrar que o texto está todo inter-relacionado tanto pelos sentidos resultantes da relação entre palavras quanto aqueles resultantes da relação entre enunciados. É como se fossem as peças de um quebra-

cabeças onde cada uma depende da outra para a construção do sentido pretendido pelo locutor, e como tal, nos parece difícil interpretá-las e classificá-las apenas paradigmaticamente. Ao que parece, se fizéssemos isso deixaríamos de lado vários dos sentidos construídos dentro do discurso.

Verificamos também que, apesar da retomada, em alguns momentos, ser de apenas uma palavra como na cadeia da roupa do bebê, o membro *a peça* não é um superordenado das palavras que vieram antes na cadeia, essa palavra *a peça* resume anaforicamente o que foi dito antes, portanto seu sentido se construiu dentro do discurso pelas duas formas de relação. O membro *ele*, que aparece duas vezes na cadeia do bicho de estimação, não é uma repetição de termos com sentidos iguais, pois cada *ele* tem seus sentidos construídos pelo que veio antes ou depois, na cadeia da qual faz parte. Pelo modelo de Hasan poderíamos apreender o sentido que resulta das palavras isoladas nas cadeias, como por exemplo, o sentido de *algo*, de *bicho*, *cachorro ou gato*, entre outros, e assim classificá-los como sinonímia, antonímia, meronímia, hiponímia ou repetição de um mesmo item lexical, no entanto os resultados das análises nos possibilitam repensar o modelo da autora, pois cada palavra associada com as outras palavras tem seu sentido modificado e especificado como em *algo usado pelo bebê*, *bicho de estimação*, ou seja, não é um bicho que tem seu sentido atrelado a realidade, mas é um sentido específico de cada membro construído pela relação entre as palavras no discurso. Pela noção de relação entre as palavras e os enunciados é possível entendermos esse texto e não há como recorrermos à realidade.

O segundo texto *Flagrantes da vida real* se mostrou bastante interessante. Pelo modelo de Hasan há apenas a repetição do mesmo item lexical, *o maiô* sem nenhuma mudança de sentido entre esses itens. No entanto, vimos pela TBS que há dois locutores que construíram ao longo do discurso os sentidos do texto. É a mãe, o locutor 2, que define o sentido de *maiô predileto*, pois quando o texto inicia não sabemos

exatamente porquê ele é seu maiô predileto. Entretanto, não foi necessário fazer alusão à realidade para compreendê-lo, porque ela mesma define para nós, alocutários, o que quer dizer com a expressão *seu maiô predileto* por meio da relação entre as palavras no eixo sintagmático de *um maiô que não faz a gente parecer gorda*. Ela especifica a que tipo de maiô está se referindo, é um maiô que disfarça o sobrepeso.

Outro ponto que vale destacar, pois agrega sentido, é o uso da forma interrogativa e da conjunção *mas*, que nesse texto funciona como um articulador, como foi mostrado na análise. Concluímos, portanto, que todos esses sentidos estão no texto, construídos em grande parte pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados que compõem as cadeias, e igualmente pela interação entre os discursos dos dois locutores.

A terceira análise, que trata de Michael Jackson, mostra como ele foi caracterizado e definido pelo locutor por meio dos membros que fazem parte da cadeia coesiva. No entanto, pelo modelo de Hasan há somente dois membros na cadeia coesiva – *Michael Jackson* e *ele* – que não agregam sentido no discurso, pois um seria sinônimo do outro. Pela TBS, entendemos que o locutor começa falando das excentricidades e dos problemas de Michael Jackson para depois terminar a cadeia dizendo que ele foi o maior fenômeno musical da atualidade. O alocutário é capaz de compreender de quem o locutor está falando pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas estabelecidas entre os membros da cadeia, pois mesmo se o alocutário não soubesse quem foi Michael Jackson, ele conseguiria entender o texto pelos pontos de vista expressos pelo locutor. Observamos que o locutor usa também a conjunção *mas* para mostrar seu ponto de vista sobre Michael Jackson. Ele expõe primeiro tudo o que as pessoas já sabem sobre o astro mas quer chamar a atenção para as outras qualidades que Michael Jackson tinha e que pelo *mas* vemos que são aquelas que o locutor acha mais importantes e pelas

quais Michael Jackson deve ser lembrado. Portanto a argumentação do locutor aparece pelo que foi dito depois do *mas*.

Vale destacar o sentido que a palavra *e/le* assume no texto. Segundo Hasan *e/le* seria um sinônimo ou uma maneira de se evitar a repetição de termos dentro do texto, no entanto, como visto pela análise, *e/le* tem seu sentido definido pelas relações paradigmáticas com o que veio antes e o que veio depois tem o sentido construído pelas relações sintagmáticas no texto. Portanto, *e/le* assume toda a caracterização de Michael Jackson que está antes dele, não podendo ser tomado como repetição ou construindo sinonímia, pois seu sentido está atrelado ao texto. Os sentidos vão e vêm e dependem um do outro para completarem seu sentido.

O quarto texto traz um comentário sobre o artigo intitulado Guia do bebê. Pelo modelo de Hasan os membros das cadeias coesivas seriam repetições do mesmo item lexical. Mas, como foi observado, cada retomada feita pelos membros das cadeias trouxe mudanças de sentido que ajudaram o locutor na construção de suas argumentações. A cadeia do leite iniciou com um termo mais abrangente como *o leite* para depois especificar a que o locutor estava se referindo, isto é, *o leite de vaca* e isso se deu pelas relações sintagmáticas entre as palavras. No entanto, os sentidos dos membros dessa cadeia não se construíram isoladamente, ao contrário, seus sentidos foram se relacionando com os outros membros de outras cadeias que estavam antes ou depois deles e desse modo seus sentidos se definiram dentro do texto. O mesmo aconteceu com os outros membros das outras cadeias, que tiveram seus sentidos contextualizados por meio também do eixo do paradigma e do sintagma, mostrando assim que é o locutor que está criando seus sentidos dentro do discurso, e não a realidade.

Vimos também, pelo uso da conjunção *porém* que o locutor faz uma ressalva no que foi dito antes sobre as fórmulas infantis, explicando por que, apesar de serem derivadas do leite de vaca, elas são adequadas às crianças com menos de 1 ano. O uso do *porém* marca também que existe

relação não apenas entre as palavras mas também entre os enunciados no discurso. Observamos toda uma interligação entre os membros das cadeias, o que mostra que o texto está todo interligado e não pode ser analisado por palavras isoladas, pois se analisássemos só como *leite*, *fórmulas infantis* ou *crianças*, deixaríamos de lado o sentido pretendido pelo locutor.

O quinto texto analisado fala sobre o bairro Auxiliadora. De acordo com o modelo de Hasan a cadeia é formada por repetições do membro *Auxiliadora* não agregando assim sentido ao longo do discurso. Pela TBS, a cadeia inicia afirmando que o Auxiliadora é um bairro cheio de vida, bem localizado e bem estruturado. Mas é pelas relações paradigmáticas e sintagmáticas que compreendemos o que o locutor quer dizer com bem estruturado, isto é, pela relação que o membro *um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre* tem com as outras palavras que vieram depois dele e que, de certa forma, o definiram. Já o último membro, *o Auxiliadora. Um bairro completo* remete a tudo o que foi dito antes sobre o bairro, caracterizando-o como sendo completo por ter tudo o que foi mencionado acima. Observamos novamente como o discurso construiu o bairro, por meio do que o locutor quis argumentar.

Verificamos também a inter-relação que existe entre os membros dessa cadeia, pois como vemos, um remete ao outro nos eixos paradigmático e sintagmático, o que traz à tona a impossibilidade de apreender seus sentidos isoladamente considerando unicamente os mecanismos coesivos, tratando de apenas uma forma de relação.

As análises feitas nos revelaram como a construção do sentido se dá por meio das relações paradigmáticas e sintagmáticas entre os membros da cadeia coesiva e entre as palavras e os enunciados que os compõem, e o sentido que expressa o ponto de vista do locutor se constrói pelo linguístico dentro do discurso. A partir dos resultados obtidos pelas análises, propomos um novo olhar acerca da classificação das relações semânticas proposta por Hasan em sinonímia, antonímia, hiponímia, meronímia ou repetição do mesmo item lexical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho tivemos como objetivo reexaminar a classificação dos mecanismos coesivos proposta por Hasan (1989) por meio da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), mais precisamente a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), atualmente desenvolvida pelas pesquisas de Oswald Ducrot e Marion Carel.

Este estudo foi motivado pela observação de que Hasan parece tratar das relações semânticas dentro do discurso sem levar em consideração o sentido resultante das relações entre palavras e enunciados e também a presença do locutor e do alocutário no texto. Parece-nos que a autora se detém na classificação da palavra isolada, apesar de se valer da linguagem em uso nas suas definições, ou seja, do discurso. Por não termos encontrado claramente exposta nos estudos da autora em que concepção de linguagem ela se apóia, pode-se inferir, com base no exame da sua classificação dos mecanismos coesivos, que a linguista se fundamenta na perspectiva da referência, que concebe a linguagem como representação do mundo e do pensamento, e, portanto, vê o sentido fora do discurso, não construído a partir do linguístico.

Fundamentados na concepção de linguagem da ANL, que se opõe às perspectivas que vêem o sentido fora da linguagem, mostramos como o sentido de uma entidade linguística (palavra ou frase) é construído pelas relações no discurso, isto é, como o sentido parte majoritariamente do linguístico e com isso, corroboramos as nossas duas hipóteses: o sentido é construído em grande parte pela combinação entre as relações paradigmáticas e sintagmáticas entre palavras e enunciados e pela enunciação e se constrói a partir do linguístico, da linguagem em uso. Concluímos pelas análises que é preciso considerar esses dois tipos de relações ao se estudar tanto a linguagem em uso quanto o sistema da língua, pois elas são indispensáveis para a compreensão dos sentidos que o discurso constrói.

Destacamos que para a ANL o sentido é argumentativo, ou seja, ele decorre do ponto de vista do locutor a respeito de alguma coisa, por conseguinte não podemos deixar de lado a relação locutor e alocutário na linguagem em uso, ao contrário do que nos parece fazer Hasan ao não dar conta dessa relação no seu estudo das relações semânticas. Na análise dois, por exemplo, há dois locutores com discursos distintos que interagem para mostrar suas argumentações e assim definir os sentidos dentro do texto. Esse é um aspecto do qual Hasan não se ocupa no seu estudo das relações semânticas.

Deparamo-nos com as relações entre os enunciados por meio das conjunções explícitas *por isso, mas, porém* e também das implícitas. Na análise quatro a conjunção *porém* precisa ser considerada na construção do sentido de *leite de vaca*. Contatamos então, a importância também das relações entre os enunciados na construção dos sentidos do texto. Assim, diferentemente de Hasan, que trata só das relações semânticas da palavra isolada, no texto, é preciso considerar a enunciação e todos os sentidos construídos pelo locutor por meio das diferentes relações. Parece-nos que Hasan vê os sentidos como fechados dentro do texto, independentes uns dos outros, no entanto como verificamos pelas análises há interdependência semântica muito grande entre os elementos das cadeias, parece-nos que de certa forma, os sentidos se contaminam mutuamente no texto. Por isso, a impossibilidade de estudá-los separadamente.

Acreditamos termos podido mostrar pelas análises como as relações semânticas constroem sentidos no discurso principalmente pelas relações sintagmáticas como vimos em *cama do animal, crianças com menos de 1 ano, Michael Jackson como um cara bizarro que escondia os filhos* entre outras expressões encontradas nas análises. Parece-nos que deixaríamos de lado um sentido se apreendêssemos somente, por exemplo, o sentido da palavra *Michael Jackson*. Desconstruiríamos toda a argumentação pretendida pelo locutor, pois quando ele produziu seu discurso pretendeu caracterizar Michael Jackson especificamente como um cara bizarro que escondia os filhos, etc e não de qualquer outro modo.

Para nós, alocutários, não importa quem é Michael Jackson no mundo, na realidade, e se o que foi dito é verdade ou mentira; o que importa é o que o locutor disse sobre ele, essa é a realidade construída pelo locutor no discurso, é o seu ponto de vista, sua argumentação e sua subjetividade.

O reexame do modelo de Hasan nos permitiu reiterar a importância da articulação das relações paradigmáticas e sintagmáticas no estudo da linguagem em uso, pois, como vimos, o sentido das palavras e dos enunciados é decorrente das suas relações com as outras palavras e com os outros enunciados. Esse sentido não nos parece vir pronto do sistema linguístico, mas estaria principalmente atrelado ao uso da linguagem. A língua determina, pelo menos em parte, as argumentações apresentadas pelo discurso. Assim, deixa de haver a separação da língua e da fala de Saussure para fins de estudos semânticos da linguagem. O sistema e a sua realização constroem juntos o sentido. Desse modo, podemos concluir que se sustentam as afirmações de Ducrot de que as palavras não têm um sentido literal e de que o sentido do léxico pode evocar um conjunto de discursos, combinar ou modificar discursos associados a ele. Portanto, *só o discurso é doador de sentido* (DUCROT, 2002, p.7).

Por fim, cabe, neste momento, tecer algumas perspectivas futuras com relação ao estudo aqui apresentado. A primeira diz respeito às outras formas de relação que não foram contempladas aqui, como por exemplo, a polifonia, a relação eu-tu, entre outras; já a segunda refere-se à necessidade de analisarmos outros mecanismos coesivos, como a anáfora conceitual, que não foi estudada nesse trabalho.

Em vista disso, o presente trabalho é apenas o ponto de partida para uma reflexão complexa que esperamos que leve a outras discussões, pois o tema aqui proposto ainda pode ser objeto de muitos outros estudos à luz da Teoria da Argumentação na Língua.

REFERÊNCIAS

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. Argumentatividad e informatividad. In: ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Gredos, 1994.

BARBISAN, Leci Borges. As raízes da Teoria da Argumentação na Língua. In: SILVA, Joseli Maria e ESPÍNDOLA, Lucienne (orgs). **Argumentação na Língua: da pressuposição aos topoi**. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.

BEAUGRANDE. R. de & DRESSLER, W.U. **Introduction to Text Linguistics**. London: Longman, 1981.

BENTES, Anna Christina. Linguística Textual. In: MUSSALIM, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à linguística: domínio e fronteiras. volume 1**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOUQUET, Simon. **Introdução à leitura de Saussure**. São Paulo: Cultrix, 2001.

BROWN, G. & YULE, G. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. **A questão da referência : das teorias clássicas à dispersão de discursos**. Campinas : Autores Associados, 2003.

CAREL, Marion. A Argumentação no discurso : argumentar não é justificar. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, n 1, p.23-40, março 1997.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães, RODRIGUES, Bernardete Biasi, CIULLA Alena (orgs). **Referenciação**. São Paulo : Contexto, 2003.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: DUCROT, Oswald. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

_____. **O dizer e o dito**. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1990.

_____. Argumentação e "Topoi" Argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo. **História e sentido na linguagem**. Campinas, São Paulo: Pontes, 1989. P. 13 - 38.

_____. Os internalizadores. In: A teoria da Argumentação na Língua: estudos e aplicações. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.37, n.º 3, p. 7-26, set. 2002.

_____. A pragmática e o estudo semântico da língua. **Letras de Hoje**. Porto Alegre, v.40, n.º1, p. 9-21, mar. 2005.

FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à linguística**. 2 ed. São Paulo : Contexto, 2003.

GOMES, Claudete Pereira. **Tendências da semântica lingüística**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

HALLIDAY, Michael A. K., HASAN, Ruqaiya. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976

HALLIDAY, M.A.K. **An Introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, Ruqaiya. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 12 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Lingüística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça e CUNHA-LIMA, Maria Luiza. Do Cognitívismo ao Sociocognitívismo. In: MUSSALIN, Fernanda e BENTES, Anna Christina (orgs). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos, volume 3**. São Paulo: Cortez, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça, MORATO, Edwiges Maria e BENTES, Anna Cristina (orgs). **Referenciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEITE, Patrícia Kauark. Realismo e Anti-Realismo na Filosofia Transcendental. In: PINTO, Paulo R. Margutti, Cristina Magro, Ernesto P. F. Santos e Livia Guimarães (orgs). **Filosofia Analítica, Pragmatismo e Ciência**. São Paulo: Humanitas, 1998.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Lingüística Contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1975.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Lingüística Textual: o que é e como se faz**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1983.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. O léxico: lista, rede ou cognição social?. In: NEGRI, Lígia, Foltran, Maria José e Oliveira, Roberta Pires (orgs). **Sentido e Significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari**. São Paulo: Contexto, 2004.

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento**. São Paulo: Palas Athena, 2001.

PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Élia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Carlos: Claraluz, 2006.

RYPL, Mariana Martinez. **A construção do sentido pela substituição lexical no discurso**. Dissertação (Mestrado). PUCRS, Porto Alegre, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral**. São Paulo: Cultrix, 1976.

VILELA, Mário e KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua Portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and Brown Books**. 2 ed. Oxford: Blackwell, 1969. p. 28.

ANEXO A

Antes de o bebê chegar

Se você já possui um pet em casa, logo ele terá que aprender a dividir as atenções, mas dificilmente deixará passar em branco se for colocado de lado. “Diante de uma grande mudança na rotina, é comum o animal alterar o comportamento. Alguns param de comer e ficam apáticos, outros tornam-se agitados”, avisa a veterinária clínica Cíntia Fátima Negrão Baglioto, de São Paulo.

Foi o que aconteceu com Uísque, o scotch terrier da designer Roberta Vasone, de 32 anos, mãe da pequena Manoela, de 10 meses, de São Paulo. “Ele começou a fazer as necessidades fora do lugar”, lembra ela. Para evitar esse tipo de problema, o adestrador Alexandre Rossi, autor de *ADESTRAMENTO INTELIGENTE* (EDITORA CMS), aconselha reacomodar a rotina meses antes do nascimento do bebê. “Assim, o animal tem tempo para se habituar ao que será sua vida em breve. O ideal é diminuir gradualmente a atenção, desencorajar barulho e, se for o caso, proibi-lo de entrar no futuro quarto da criança”, diz o especialista.

Ritual de iniciação

Quando estiver na maternidade, a primeira providência é levar algo usado pelo bebê para casa, a fim de que seu bicho de estimação se familiarize com o cheiro da “novidade” que está a caminho. “Pode ser uma roupa, um cobertor ou uma fralda um pouco molhada de xixi. A peça deve ser colocada na cama do animal ou perto do prato de comida dele para que o aroma seja associado a uma sensação de prazer”, ensina.

O primeiro encontro é outro momento importante dessa relação. É provável que seu pet esteja com saudades. Por isso, deixe o bebê um pouco com o pai e dê atenção a ele. Passada a euforia, apresente o novo membro da família. Abaixese à altura do cachorro ou gato e permita que ele dê uma cheiradinha no pequeno. Se tiver dúvidas sobre a reação do bicho, mantenha-o na guia nos primeiros contatos.

ANEXO B

Quando o alarme de incêndio disparou no prédio onde mora minha mãe, ela pegou seu maiô predileto e saiu correndo. Mais tarde, comentei:
- Um maiô? De tudo o que havia no apartamento, era esse o objeto mais valioso que você escolheu para salvar?

Mamãe respondeu:

- Bens materiais vêm e vão. Mas um maiô que não faz a gente parecer gorda é impossível de repor.

Cathy Peacock, EUA

ANEXO C

Acho que a maioria das pessoas conhece Michael Jackson como um cara bizarro que fez inúmeras plásticas, andava com o rosto coberto e vivia escondendo os filhos. O astro decadente envolvido em escândalos de pedofilia. Mas poucos sabem o gênio musical que ele foi. O maior fenômeno musical desde Elvis e os Beatles.

Marfisa Bastos Aguiar

Fortaleza, CE

ANEXO D

Guia do bebê

O Brasil começa a se dar conta da prioridade do investimento na educação e na saúde da primeira infância. Não faltam evidências científicas para sustentá-la. Se ela não for assumida definitivamente como fundamental para o desenvolvimento da sociedade, o país não será capaz de superar seus dilemas e os obstáculos de uma realidade social complexa e desigual. A revista sai à frente ao publicar reportagem de qualidade sobre o assunto a partir do livro da SBP. Contribuí, assim, para despertar a consciência de todos para a necessidade de melhores cuidados com a criança no período decisivo de sua existência. Admirável matéria de capa ("Bebês — O novo manual de instruções", 14 de outubro).

DIACLÉCIO CAMPOS JÚNIOR

Presidente da Sociedade
Brasileira de Pediatria
Brasília, DF

No item "O leite" da nova cartilha, a informação de que as crianças com menos de 1 ano não podem ingerir leite de origem animal não é totalmente correta. Na verdade, é contraindicado o uso de leite de vaca integral no primeiro ano de vida. A indicação para as crianças que, por motivos diversos, não estejam sendo amamentadas no seio é que sejam prescritas fórmulas infantis modificadas e apropriadas

para o primeiro e para o segundo semestres de vida. Essas fórmulas, em sua grande maioria, são derivadas do leite de vaca, porém adaptadas para essa faixa etária, de maneira a garantir melhor digestão e menor risco de alergia alimentar.

CHRISTIANE ARAUJO CHAVES LEITE

Professora doutora de pediatria da
Faculdade de Medicina da
Universidade Federal do Ceará
Por e-mail

Como psicóloga clínica e estudiosa das questões do desenvolvimento emocional da criança, gostaria de acrescentar algumas noções importantes do ponto de vista psicológico à reportagem. A mãe tem um conhecimento intuitivo que a torna capaz de cuidar de seu bebê, independentemente de qualquer aprendizado. Cada dupla mãe-bebê é única. Uma mãe tem a capacidade de olhar para o seu bebê e atender às suas necessidades.

PAULA BEATRIZ GALLERANI

CUTER ROCHEL
Psicóloga
Sorocaba, SP

VEJA veio confirmar o que minha intuição de mãe já sabia: devemos, sim, respeitar o tempo de nossos filhos. Constantemente sou bombardeada com palpites como "tira a fralda!", "tira o peito!", "deixa chorar!".

ANEXO E

Auxiliadora: um bairro cheio de vida
para você ter uma vida cheia
de ótimos momentos.

Localizado entre o Moinhos de Vento, o Mont'Serrat e o Higienópolis, o Auxiliadora fica perto de tudo e é um dos bairros mais bem estruturados de Porto Alegre. As suas ruas pacatas, repletas de verde, contrastam com o movimento dos moradores e das pessoas que vão ao bairro desfrutar dos bares, restaurantes, opções de lazer, comércio, cultura e de toda a infraestrutura que um bairro completo tem que ter. Viva o Auxiliadora. Um bairro completo.